

2-B-37

04

Soluções do 2-III-A (Mo)  
e-SGN

- A LIÇÃO DIPLOMÁTICA DA GUERRA DAS MALVINAS -

CAPÍTULO I - O CONTEXTO DA GUERRA DAS MALVINAS

1.1 - A Guerra das Malvinas

1.2 - O contexto da guerra

1.3 - A guerra das Malvinas

1.4 - A guerra das Malvinas

1.5 - A guerra das Malvinas

1.6 - A guerra das Malvinas

1.7 - A guerra das Malvinas

1.8 - A guerra das Malvinas

1.9 - A guerra das Malvinas

1.10 - A guerra das Malvinas

1.11 - A guerra das Malvinas

1.12 - A guerra das Malvinas

1.13 - A guerra das Malvinas

1.14 - A guerra das Malvinas

1.15 - A guerra das Malvinas

1.16 - A guerra das Malvinas

1.17 - A guerra das Malvinas

1.18 - A guerra das Malvinas

1.19 - A guerra das Malvinas

1.20 - A guerra das Malvinas

1.21 - A guerra das Malvinas

1.22 - A guerra das Malvinas

1.23 - A guerra das Malvinas

1.24 - A guerra das Malvinas

1.25 - A guerra das Malvinas

1.26 - A guerra das Malvinas

1.27 - A guerra das Malvinas

1.28 - A guerra das Malvinas

1.29 - A guerra das Malvinas

1.30 - A guerra das Malvinas

1.31 - A guerra das Malvinas

1.32 - A guerra das Malvinas

1.33 - A guerra das Malvinas

1.34 - A guerra das Malvinas

1.35 - A guerra das Malvinas

1.36 - A guerra das Malvinas

1.37 - A guerra das Malvinas

1.38 - A guerra das Malvinas

1.39 - A guerra das Malvinas

1.40 - A guerra das Malvinas

1.41 - A guerra das Malvinas

1.42 - A guerra das Malvinas

1.43 - A guerra das Malvinas

1.44 - A guerra das Malvinas

1.45 - A guerra das Malvinas

1.46 - A guerra das Malvinas

1.47 - A guerra das Malvinas

1.48 - A guerra das Malvinas

1.49 - A guerra das Malvinas

1.50 - A guerra das Malvinas

1.51 - A guerra das Malvinas

1.52 - A guerra das Malvinas

1.53 - A guerra das Malvinas

1.54 - A guerra das Malvinas

1.55 - A guerra das Malvinas

1.56 - A guerra das Malvinas

1.57 - A guerra das Malvinas

1.58 - A guerra das Malvinas

1.59 - A guerra das Malvinas

1.60 - A guerra das Malvinas

1.61 - A guerra das Malvinas

1.62 - A guerra das Malvinas

1.63 - A guerra das Malvinas

1.64 - A guerra das Malvinas

1.65 - A guerra das Malvinas

1.66 - A guerra das Malvinas

1.67 - A guerra das Malvinas

1.68 - A guerra das Malvinas

1.69 - A guerra das Malvinas

1.70 - A guerra das Malvinas

1.71 - A guerra das Malvinas

1.72 - A guerra das Malvinas

1.73 - A guerra das Malvinas

1.74 - A guerra das Malvinas

1.75 - A guerra das Malvinas

1.76 - A guerra das Malvinas

1.77 - A guerra das Malvinas

1.78 - A guerra das Malvinas

1.79 - A guerra das Malvinas

1.80 - A guerra das Malvinas

1.81 - A guerra das Malvinas

1.82 - A guerra das Malvinas

1.83 - A guerra das Malvinas

1.84 - A guerra das Malvinas

1.85 - A guerra das Malvinas

1.86 - A guerra das Malvinas

1.87 - A guerra das Malvinas

1.88 - A guerra das Malvinas

1.89 - A guerra das Malvinas

1.90 - A guerra das Malvinas

1.91 - A guerra das Malvinas

1.92 - A guerra das Malvinas

1.93 - A guerra das Malvinas

1.94 - A guerra das Malvinas

1.95 - A guerra das Malvinas

1.96 - A guerra das Malvinas

1.97 - A guerra das Malvinas

1.98 - A guerra das Malvinas

1.99 - A guerra das Malvinas

2.00 - A guerra das Malvinas

FLÁVIO ACAUAN SOUTO  
Coronel do Exército

MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1984

GN-00001953-1

GN-00001953-1

MM-EGN

BIBLIOTECA

03/07/87

N: 879

AC: 81977

EX 503211

ÍNDICE

	FOLHA
Introdução .....	IV
CAPÍTULO 1 - OS CONTORNOS DA QUESTÃO .....	1
Falklands/Malvinas .....	1
Falklands ou Malvinas? .....	2
Um século de expectativa .....	4
Dezessete anos de diplomacia .....	5
As reais motivações .....	6
CAPÍTULO 2 - ARGENTINA - UMA CARA AVENTURA .....	8
O retrato de um povo .....	8
Leopoldo Fortunato Galtieri .....	9
Um chanceler "sob medida" .....	10
O idílio norte-americano .....	10
Outro grave equívoco .....	12
A gota d'água .....	13
A dupla derrota .....	14
CAPÍTULO 3 - INGLATERRA - A FIRME RESPOSTA .....	17
Os três passos decisivos .....	17
A "Dama de Ferro" .....	18
"The Falklands Diplomacy" .....	19
Os limites da vitória .....	20
CAPÍTULO 4 - ESTADOS UNIDOS - O FIEL DA BALANÇA .....	22
O dilema .....	22
A Missão Haig .....	23
Na fase operativa .....	24
Apoio decisivo .....	25
O desempenho .....	27
CAPÍTULO 5 - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO .....	28
A Resolução 502 da ONU .....	28
O boicote econômico da CEE .....	29
A tentativa de mediação do Peru .....	30
As "idéias" do Secretário-Geral .....	31
Últimas tentativas na ONU .....	32
As gestões na OEA .....	33
A solidariedade latino-americana .....	35
Balanço final .....	36
CAPÍTULO 6 - BRASIL - A POSIÇÃO DE EQUILÍBRIO .....	38
CAPÍTULO 7 - CONSEQUÊNCIAS, LIÇÕES E PERSPECTIVAS .....	41
"Tudo como dantes" .....	41
Apagando as fogueiras .....	42
Uma lição relevante .....	43
Solução à vista? .....	44
Outra Cuba? .....	45
Enfim, amigos? .....	46
A união faz a força .....	47
ANEXO A - ACOMPANHAMENTO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES .....	A-1
ANEXO B - RESOLUÇÃO 2065 (XX) DA ONU .....	A-5
ANEXO C - RESOLUÇÃO 3160 (XVIII) DA ONU .....	A-6
ANEXO D - RESOLUÇÃO 31/49 DA ONU .....	A-7
ANEXO E - RESOLUÇÃO 502 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU ..	A-8



ANEXO F - PROPOSTAS DE MEDIAÇÃO NORTE-AMERICANAS ..... A-9

ANEXO G - PROPOSTAS DO PERU E DA ONU ..... A-10

ANEXO H - RESOLUÇÃO 505 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU .. A-11

ANEXO I - RESOLUÇÃO 28/82 DA OEA ..... A-12

ANEXO J - RESOLUÇÃO 80/82 DA OEA ..... A-15

ANEXO L - RESOLUÇÃO 37/9 DA ONU ..... A-19

ANEXO M - RESOLUÇÃO 595 (XII-O/82) DA OEA ..... A-21

BIBLIOGRAFIA ..... A-22

## INTRODUÇÃO

Buenos Aires, 2 de abril de 1982. Uma autêntica euforia de vitória tomava conta da Capital e de toda a Argentina, com a ocupação das Ilhas Malvinas. Na "Plaza de Mayo", a mesma multidão que se reunia semanas antes para protestar contra os desmandos do governo, agora ovacionava freneticamente os comandantes militares. Da sacada da Casa Rosada, o General Galtieri contemplava o primeiro resultado da operação: o povo se unia aos governantes, esquecendo tristezas, revoltas e frustrações. O regime parecia salvo.

Pouco mais de dois meses eram decorridos quando o povo, na mesma praça, começava a ser dispersado a golpes de cassetete e a gás lacrimogêneo. Ao contrário de ovações, o que se ouvia eram brados de protesto e de revolta. Da mesma sacada de pedra do Palácio Presidencial, ninguém respondia. Dois dias depois, o General Reinaldo Bignone assumia a presidência do país e logo convocava eleições gerais.

Ao longo dos setenta e quatro dias transcorridos entre tão diferenciadas cenas, travaram-se dois importantes combates: o das operações militares e o das gestões diplomáticas, ambos igualmente renhidos e pródigos em estratégias, manobras, finitas e entrechoques.

É nesta segunda batalha — a mais recente de uma campanha que se prolongava por quase cento e cinquenta anos — que o presente trabalho situa o seu propósito: apreciar os aspectos políticos intervenientes ou adjacentes ao conflito, contemplados a partir de um posicionamento brasileiro e, em sentido mais amplo, latino-americano.

A Guerra das Malvinas tem sido exaustivamente analisada e debatida na Escola de Guerra Naval. Nem poderia ser de outra forma: a proximidade geográfica, a preponderância do ambiente

marítimo e a própria relevância do tema justificam o interesse. Esta circunstância influenciou a opção por uma linha mais opinativa do trabalho, permitindo substancial redução da parte narrativa. À guisa de complementação, foram acrescentadas, em anexo, algumas informações mais detalhadas.

Certos aspectos aparentemente desligados do quadro diplomático foram incluídos na abordagem por terem sido considerados indispensáveis a uma compreensão mais exata do que se pretende expor. É o caso das peculiaridades e idiossincrasias do povo argentino, bem como de algumas características dos seus governantes à época, escalas indispensáveis pelas quais passa o entendimento mais concreto das verdadeiras causas e do próprio desenrolar do conflito.

Iniciando por uma breve retrospectiva onde são abordados os argumentos jurídicos das partes, as suas motivações e os antecedentes históricos da questão, o trabalho foi ordenado em capítulos que se referem, respectivamente, a cada uma das nações mais diretamente envolvidas (Argentina, Inglaterra e Estados Unidos), aos demais países e organismos internacionais e, finalmente, ao Brasil.

Entre as inúmeras fontes pesquisadas, duas merecem destaque especial: os livros "The Battle for the Falklands", dos autores ingleses Max Hastings e Simon Jenkins e "Malvinas — la Trama Secreta", dos jornalistas argentinos Cardoso, Kirschbaum e Van Der Kooy. São obras completas, detalhadas, de nenhum modo tendenciosas e situadas em terrenos antagônicos, o que lhes confere imensa utilidade para uma apreciação isenta.

## CAPÍTULO 1

### OS CONTORNOS DA QUESTÃO

Falklands/Malvinas - As Ilhas Malvinas (Falklands, para os ingleses), distantes cerca de quinhentas milhas do litoral argentino da Patagônia, constituem um arquipélago de aproximadamente duzentas ilhotas agrupadas ao redor de duas ilhas maiores: Gran Malvina (West Falkland) e Soledad (East Falkland). A área total do arquipélago não chega a doze mil quilômetros quadrados de terras rochosas e quase desprovidas de vegetação, castigadas por um clima extremamente adverso cujas médias de temperatura não ultrapassam os dez graus centígrados, nos meses "quentes" do verão. Habitam-na, desde o século passado, dois escassos milhares de cidadãos britânicos, em sua maioria descendentes de escoceses, funcionários ou dependentes da "Falkland Islands Company". A empresa britânica controla a reduzida atividade econômica das ilhas, restrita à criação de ovinos, à produção de lã e à caça de focas e baleias. A maioria dos habitantes, conhecidos como "kelpers" — denominação derivada das algas encontradas em abundância nas praias do arquipélago — concentra-se em volta da capital, Port Stanley, e é francamente favorável à manutenção da cidadania britânica.

Persistem até hoje dúvidas quando ao descobrimento das ilhas. Elas teriam sido avistadas pelos navegadores que no final do século XVI se aventuraram na passagem interoceânica — portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses. O pioneirismo da presença física nas ilhas é disputado entre o inglês John Strong, que as batizou de "Falklands" e os marinheiros franceses de Saint Malo, que as chamaram "Malouines", daí se originando a dupla denominação que até hoje se aplica ao arquipélago, de acordo com as conveniências nacionais ou com a simpatia pela causa de uma ou de outra das nações que as disputam—

Inglaterra e Argentina.

A ocupação das Malvinas teve início na segunda metade do Século XVIII, com o choque dos interesses franceses, britânicos e espanhóis. Os franceses foram, de fato, os primeiros a marcar presença, com a fundação, em 1764, do Forte Saint Louis, cinco anos mais tarde negociado com a Espanha, em razão dos protestos deste país com base no Tratado de Tordesilhas. Já os ingleses, estabelecidos em Port Egmont em 1765, dali foram expulsos pelos espanhóis em 1770. No ano seguinte, em vista da reação da Coroa Inglesa, o povoado foi restituído à Inglaterra.

As reivindicações baseadas na ocupação física das ilhas buscam apoio na existência desses dois povoados, um inglês — Port Egmont — e um espanhol — Puerto Soledad (antigo Saint Louis). Ambos foram, porém, abandonados ainda antes do final do Século XVIII. À época da independência das "Províncias Unidas do Prata", em 1810, nenhuma vida se registrava nas ilhas além de pingüins, focas e outras espécies animais e vegetais.

Em 1829, a jovem nação platina proclamou sua soberania sobre as Malvinas, ato que contou com o enérgico protesto do Governo Inglês. A tentativa de colonização, com o estabelecimento de um governo local pela Argentina, foi respondida com a ocupação inglesa, pela força, em 1833. Era o primeiro episódio da histórica controvérsia entre os dois países, que acabou atingindo o ápice no conflito armado de 1982 e que até hoje persiste, sem que a própria guerra lhe tivesse dado solução definitiva.

Falklands ou Malvinas? - Toda a argumentação histórica da Argentina se apóia "uti possidetis de jure", aplicado ao território herdado da Espanha, definido pelo Tratado de Tordesilhas. Ela se debilita quando confrontada com a expansão portu

guesa que levou as atuais fronteiras do Brasil quase ao sopé dos Andes e com o estabelecimento das possessões européias nas antigas Guianas, que emprestam maior consistência às reivindicações fundamentadas no "uti possidetis de facto". É de se notar que a própria Espanha, ao reconhecer a independência da Argentina - apenas em 1859 - não incluiu nesse ato nenhuma referência às Ilhas Malvinas. //

Na verdade, a controvérsia é anterior à independência da Argentina e é lógico considerar que este país herdou da Espanha não as ilhas, mas uma questão pendente. Prova disto foi a própria devolução de Port Egmont aos ingleses, caracterizando que a Espanha aceitara compartilhar a área com a Inglaterra.

Mais lógica parecem ter os argumentos geográficos: a proximidade territorial e o fato de estarem as Malvinas contidas na plataforma continental atlântica da América do Sul, portanto no prolongamento do território argentino. A consistência desta argumentação, contudo, esbarra na realidade da ocupação inglesa e se subordina ao reconhecimento da procedência da questão. //

Os argumentos ingleses baseados em fatos anteriores a 1833 são tão frágeis como os argentinos. A partir daí, a Inglaterra contabiliza a seu favor a ocupação efetiva das ilhas, hoje sesquicentenária, embora sempre contestada formalmente pela Argentina como decorrente de um ato de força. A esta acusação a Inglaterra contrapõe a afirmativa de que aquele ato foi uma reação a outra violência: a ocupação argentina de um território britânico. 1981 //

A partir de 1833 as ilhas estiveram permanentemente ocupadas pela Inglaterra. Em consequência, toda argumentação jurídica de uma ou de outra das partes terá que referir-se ao período anterior àquele ano e incidirá inevitavelmente sobre dois

aspectos: descobrimento e ocupação. Em nenhum deles qualquer dos litigantes dispõe de fatos concretos e irrefutáveis. Um acordo pacífico, portanto, deverá trilhar obrigatoriamente o caminho da negociação, com concessões de parte da Inglaterra — que, afinal de contas, controla as ilhas — em troca de compensações do lado argentino.

Na realidade, a administração inglesa se estende a outras ilhas da região, consideradas "dependências" das Malvinas — Geórgias do Sul, Sandwiches do Sul, Orcadas do Sul, Shetlands do Sul e vários arquipélagos menores. Apenas os dois primeiros se incluem na reivindicação argentina, por estarem os demais excluídos das disputas internacionais pelo Tratado de Cooperação Antártica, do qual a Argentina é signatária.

Um século de expectativa — Durante mais de um século a situação permaneceu sob certa estabilidade, apenas perturbada por periódicas e infrutíferas reclamações argentinas. A partir da década de 1950 a questão foi empunhada como instrumento de motivação popular pelo ditador argentino Juan Domingo Perón. Os governos militares que se seguiram à deposição de Perón encarregaram-se de mantê-la acesa.

Nas próximas duas décadas — os anos sessenta e setenta — o mundo se agitou no embalo da descolonização. A própria ONU encampou o movimento: através da Resolução 1514(XV), de 1960, condenou o colonialismo e incentivou as nações que o exercitavam a concederem a independência às suas colônias, ao mesmo tempo em que criava o "Comitê dos 24", que se encarregou de acompanhar o processo desencadeado. Esta resolução avivou a chama que Perón reacendera, porquanto as Malvinas foram incluídas entre os territórios considerados coloniais.

A polêmica se reinstaurou, com cada uma das partes apegando-se a diferentes aspectos contidos na Resolução 1514 em de-

fesa de seus interesses, como o da autodeterminação dos povos das colônias, aplicado aos "kelpers" pela Inglaterra, e o da integridade territorial dos países emancipados, brandido pela Argentina. Ambos argumentos nada consistentes, uma vez que os "kelpers" sempre se consideraram britânicos e a Argentina não tem como comprovar juridicamente a inclusão das Malvinas no território colonial herdado da antiga Metrôpole.

Dezessete anos de diplomacia - Os lucros da descolonização couberam à Argentina: em nova resolução da ONU, a 2065 (XX), de 1965, foi reconhecida a existência da controvérsia e recomendado o início de gestões entre os dois países para que se chegasse a uma solução (ver Anexo B). Este reconhecimento internacional costuma ser citado como o marco inicial de todo o processo de negociação.

Os próximos dezessete anos foram vividos por governo e povo argentinos em um clima de motivação pela recuperação das ilhas, enquanto a Inglaterra sempre procurou esquivar-se de enfrentar o problema, tratando de protelá-lo ao máximo, apesar de novos apelos da ONU, através das Resoluções 3160/73 e 3149/76 (ver Anexos C e D). Neste período, alguns acordos de cooperação entre os dois países foram estabelecidos, no tocante a itens como serviço postal, rotas aéreas e suprimento de combustíveis, entre outros. A Inglaterra parecia compreender a enorme dificuldade de viabilizar o desenvolvimento das Malvinas sem a participação da Argentina, o que seria corroborado pelas conclusões a que chegou a "Missão Shackleton", enviada em 1976 para proceder a um levantamento das potencialidades do arquipélago. Lorde Shackleton, em seu relatório, enfatizou esta íntima dependência (31:118-24).

Em 1980, o Vice-Chanceler inglês Nicholas Ridley, após visita às ilhas, propunha no Parlamento de seu país três solu-

ções: manutenção da situação vigente, governo compartilhado e re  
conhecimento da soberania argentina, vinculado ao imediato ar-  
rendamento das ilhas pela Inglaterra ("lease back"), nos mol-  
des da solução adotada para Hong Kong. Considerando-se que a  
pressão internacional tendia a inviabilizar a primeira alter-  
nativa, podem-se identificar na proposta de Ridley os sintomas  
iniciais de um possível abrandamento da posição inglesa, pos-  
teriormente complementados pela decisão de recolher o navio  
"HMS Endurance" — única presença da Marinha Britânica e da  
própria Metrôpole na área — e pela atribuição aos "kelpers"  
da condição oficial de "cidadãos britânicos de segunda cate-  
goria".

Inexplicavelmente para os argentinos, a Inglaterra propõe,  
em meados de 1981, um período de "congelamento" das negocia-  
ções. A resposta argentina é incisiva, através de uma declara-  
ção oficial emitida em 27 de julho (8:47). Naquela ocasião,  
programaram os dois países o que seria a última batalha no cam-  
po exclusivo da diplomacia: uma nova rodada de negociações em  
fevereiro do ano seguinte.

As reais motivações - A controvérsia em torno das Ilhas  
Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul nunca chegou a des-  
pertar sérias atenções em âmbito mais amplo que o das nações  
diretamente interessadas. A própria localização dos arquipéla-  
gos e suas condições sabidamente desfavoráveis à vida humana  
sempre desmotivaram preocupações internacionais para o que se  
configurava como uma disputa por nenhum valor maior do que o  
amor-próprio das partes em litígio. A realidade, porém, pode  
ter sido bem outra, particularmente se visualizado um quadro  
mais atual.

São conhecidas as reivindicações da Argentina e da Ingla-  
terra no Continente Antártico, reivindicações estas que, jun-

tamente com as do Chile, se interpenetram, recobrando a cobri-  
çada Península Antártica e vasta área do continente gelado.  
Não é difícil avaliar a vantagem que a soberania sobre as I-  
lhas Malvinas, Geórgias e Sandwich pode conferir em futuras  
negociações e tratados. O seu domínio proporciona, em acrésci-  
mo, notável projeção de poder sobre vasta área do Atlântico Sul,  
aí incluídos relevantes interesses estratégicos em relação ao  
controle da conexão interoceânica. Não terá motivação mais con-  
vincente a disputa Chile-Argentina pelas pequenas ilhas Picton,  
Lennox e Nueva: a Antártica e o Canal de Beagle são peças de  
um mesmo conjunto geoestratégico que se completa, à perfeição,  
com as Malvinas e suas "dependências".

Os esforços de pesquisa desenvolvidos nos últimos anos têm  
atraído para a Antártica e suas adjacências a cobiça das na-  
ções sobre o potencial econômico que começa a ser avaliado.  
Além do já explorado "krill", da pesca, da atividade baleeira  
e do aproveitamento de outros recursos da fauna e da flora ma-  
rítimas, surgem alentadores indícios de reservas petrolífe-  
ras, nódulos metálicos e outras promissoras ocorrências que,  
por si sô, justificam interesses de qualquer intensidade.  
Somem-se a estes os da estratégia do Ocidente em relação ao  
Atlântico Sul e à única alternativa do Canal do Panamá para o  
acesso ao Oceano Pacífico e ter-se-á um quadro bem mais com-  
pleto do valor das "inóspitas e gélidas ilhas", com dimensões  
que excedem de muito o orgulho nacional ou a estabilidade po-  
lítica interna de qualquer governo europeu ou sulamericano.

## ARGENTINA — UMA CARA AVENTURA

O retrato de um povo - A soberania sobre as Ilhas Malvinas tornou-se para a Nação Argentina uma verdadeira aspiração nacional. (Notadamente a partir de 1965, o ânimo e a paciência do povo platino vêm sendo minados por sucessivas proteções por parte da Inglaterra, motivadas não se sabe se pelo desinteresse ou — o que é mais provável — pela intenção de manter inalterada uma situação que cada vez se configura como mais vantajosa.

Durante longos anos de marchas e contramarchas, ainda que por vezes o problema tenha provocado períodos de acirramento dos ânimos, a questão foi contida dentro do terreno das gestões diplomáticas. O primeiro passo para além desses seguros limites começou a ser esboçado no final do ano de 1981, quando o Tenente-General Galtieri assumiu a presidência da Junta Militar de Governo, com a queda do Presidente Viola. Na ocasião, o Almirante Jorge Isaac Anaya, comandante da Força Naval Argentina e um entusiasta da alternativa de força para a recuperação das Malvinas, teria negociado o apoio a seu colega do Exército em troca do "sinal verde" para uma operação que ele próprio tinha planejado alguns anos antes, por determinação do então titular da Força, o Almirante Emílio Massera. Ainda uma semana antes de Galtieri assumir a presidência da Junta e do País, Anaya já ordenara ao seu atônito mas entusiasmado Comandante de Operações Navais, Vice-Almirante Lombardo, que retirasse dos arquivos os antigos planos e os atualizasse (8:18-9).

Lombardo, como todo bom argentino, provavelmente terá encontrado na missão recebida as mais profundas motivações patrióticas. A efervescência do seu sangue mesclado de espanhol e italiano lhe terá tolhido qualquer sentimento de prudência,

bom senso ou serenidade. Ter-lhe-á sido bloqueada, também, a consciência dos sérios problemas nacionais e do fracasso dos últimos governos que conduziram sua querida pátria ao limiar do caos. A retomada das Ilhas Malvinas das mãos usurpadoras de uma potência colonialista era uma aspiração que ele trazia arraigada no mais íntimo do seu ser desde as primeiras lições que aprendera na infância. Participaria, orgulhosamente, de um passo decisivo na direção do inevitável encontro da Pátria Argentina com seu destino de hegemonia continental. A grande potência marítima que lhe habitara os sonhos de marujo desde a juventude estava prestes a tornar-se realidade. Como seus admirados chefes afirmavam, a operação seria ousada mas segura: o mundo se curvaria ante a Argentina. Assim se sentia Lombardo, como bom argentino que era.

Leopoldo Fortunato Galtieri - O Tenente-General Galtieri era, ele também, um autêntico argentino. Sem ser um líder ao estilo de Lanusse ou Onganía, sua chegada ao poder fora fruto da posição hierárquica e funcional que ostentava como Comandante-em-Chefe do Exército e da empatia de uma postura militar insinuante, em contraste com a sobriedade do deposto Viola, em quem todos viam "um político a mais" (8:21-22).

Filho de modesta família italiana de Buenos Aires, Leopoldo Fortunato Galtieri era ingenuamente ambicioso, de palavra fácil e explosiva, simples e emotivo. Os resultados alcançados nos cursos que realizara ao longo da carreira militar atestavam que estava muito longe de ser considerado um intelectual. Não lhe faltou, porém, a sensibilidade para constatar que assumia a presidência de um país à beira do caos econômico e social, resultante de longos anos de governos caudilhescos e regimes militares desastrosos para a nação.

Galtieri teve a intuição de que para viabilizar mais ou-

tro "Processo de Reorganização Nacional" era preciso, antes de tudo, recuperar o prestígio perdido e dar novo alento ao regime militar, quase afogado no completo descrédito popular e nos protestos cada vez mais frequentes das "locas de la Plaza de Mayo" — as inconformadas mães das vítimas da repressão anti-comunista. Nada atenderia melhor a esse fim do que um triunfo retumbante que reavivasse a chama patriótica de um povo altamente vibrante e emotivo como o argentino. Anaya ofereceu-lhe a alternativa de impacto, que trazia incubada há alguns anos em seu íntimo: a reconquista das Malvinas.

Um chanceler "sob-medida" — A escolha do Ministro das Relações Exteriores do novo governo obedeceu ao já preponderante critério "malvinista". Nicanor Costa Méndez, ex-embaixador no Chile, em diversas ocasiões manifestara nítida adesão à tese do domínio da passagem interoceânica e às pretensões argentinas na Antártica, aí incluída a anexação das Ilhas Malvinas, Geórgias e Sandwich. Adequava-se, portanto, ao projeto que se delineava.

Nesta mesma linha de raciocínio, foi proposta por Anaya a substituição do embaixador na Inglaterra — um diplomata de carreira — pelo Almirante Rodolfo Luschetta, ex-adido naval naquele país. Julgava o chefe da Armada que um oficial de Marinha teria melhores condições de explicar aos militares ingleses todo o sentido da operação. A ingenuidade dessa medida permite avaliar o acanhamento da visão do mundo que tinham os militares argentinos: reduziam o complexo quadro internacional a um "problema de compreensão entre forças armadas" (8:41). A reação do Governo Britânico e da própria Chancelaria Argentina acabaram por inviabilizar a idéia.

O idílio norte-americano — A poucos meses de assumir a presidência do país, mas indubitavelmente preparando-se para

ela, Galtieri já manifestava, durante visita aos Estados Unidos em agosto de 1981, suas idéias favoráveis a uma estreita aliança com aquele país. Na ocasião deixou claro o que mais tarde, como presidente, viria a confirmar: a Argentina se dispunha a cooperar concretamente, inclusive através do envio de tropas, com a política norte-americana na América Central. Na verdade, a Argentina já vinha tentando há algum tempo ocupar, na luta anti-soviética nas Américas, os espaços perdidos pela política de direitos humanos de Carter, intenção confirmada através do envio de armas, dinheiro e peritos militares em contra-guerrilha à Nicarágua, a Honduras e à Guatemala. Não escapava ao futuro General-Presidente a evidência de que o apoio norte-americano era indispensável aos seus ambiciosos e latentes projetos para o Atlântico Sul.

Há quem afirme que os laços entre Washington e Buenos Aires estavam ainda mais ajustados. Segundo algumas fontes, o General da Reserva Vernon Walters, misto de diplomata e oficial de informações com largo trânsito no Cone Sul do Continente, onde cumprira prolongadas missões de natureza militar, teria debatido com a Junta de Governo aspectos como o estabelecimento de uma "Organização do Tratado do Atlântico Sul", bem como a instalação de uma base argentino-norte-americana nas Ilhas Malvinas (8:26). A serem verdadeiras, essas versões terão induzido os governantes argentinos a acreditar na tolerância norte-americana para com a ousada aventura a que se propunham. Esta crença era corroborada pelas informações otimistas enviadas de Washington pelo ativo adido militar argentino, o General Mallea Gil (34).

A visita do Secretário Adjunto para Assuntos Interamericanos Thomas Enders a Buenos Aires, em março de 1982, reforçou a esperança argentina de contar com a simpatia norte-americana à sua política exterior. O interesse de Enders centrava-se

na cooperação militar na América Central, mas o assunto "Malvinas" foi incluído na pauta (os argentinos nunca perdiam oportunidade de sondar a opinião norte-americana a respeito). Talvez por não perceber todo o alcance da consulta que lhe estava sendo feita, e por ser sabidamente um "sul-americanista", Thomas Enders acenou com a garantia de uma posição de neutralidade ("hands off").

Hoje parece fora de dúvida que nem o Departamento de Estado nem o Governo Norte-americano admitiam, então, a possibilidade de vir a Argentina a empregar a força armada nas Ilhas Malvinas. Os dirigentes argentinos, entusiasmados pela sonhada solução militar, tenderam a valorizar em exagero os indícios do apoio norte-americano. Eles apenas seriam válidos, como logo ficou claro, no terreno das negociações pacíficas e das gestões diplomáticas.

Outro grave equívoco - Em relação à Inglaterra, também tiveram os argentinos algumas razões que os levaram a incorrer no segundo grande erro de avaliação. Foram interpretados como indícios de desinteresse britânico pelas ilhas a decisão de recolher o navio "HMS Endurance" e outros fatos decorrentes da visita do Vice-Chanceler inglês Nicholas Ridley ao arquipélago, já referidos no capítulo anterior. Estes fatos, reforçados pela crença na debilidade do Gabinete Conservador e pelas notícias do redimensionamento da outrora poderosa esquadra britânica, com previsão da substituição de suas mais expressivas unidades por submarinos nucleares "Trident", permitiam considerar improvável uma reação com o vulto da que ocorreu.

O otimismo da cúpula militar e diplomática argentina ficou evidente nos documentos preliminares difundidos pela Junta ao início do conflito. A "Diretriz Estratégica Militar" (DEMIL) previa, entre outras idéias, o desencadeamento imedia

to de ações diplomáticas visando a convencer o Governo de Londres da situação de "fato consumado", com o oferecimento de concessões que iam desde indenizações à "Falkland Islands Company" e aos ilhéus até a oferta de cooperação econômica com empresas inglesas para a exploração do petróleo e do "krill". Recomendava ainda que fosse buscado o envolvimento dos Estados Unidos nas negociações que haviam de ocorrer, seja diretamente ou como "garante" — fiador — além de outras medidas tendentes a obter a aquiescência internacional (8:69). Este e os demais documentos expedidos na época punham à mostra os dois equívocos fundamentais que foram fatais à Argentina: o descarte de uma reação de grande porte da Grã-Bretanha e a segurança do apoio ou, na pior hipótese, da neutralidade norte-americana.

A gota d'água — Confiantes nestas duas suposições, os argentinos ultimaram os preparativos para a operação militar, enquanto aguardavam o resultado da rodada de negociações que se realizava em Nova York. A delegação argentina levava consigo uma proposta que, em termos incisivos, definia a posição de seu país e reiterava o propósito de ver a questão solucionada pacífica, definitiva e rapidamente. Qualquer esperança de progresso em relação a uma solução favorável foi, porém, anulada pelo comunicado conjunto feito pelas duas delegações ao final daquelas negociações: "... Ambas as partes reafirmaram sua decisão de encontrar uma solução para a disputa da soberania (das ilhas) e considerar em detalhe a proposta argentina para fazer melhores progressos neste sentido. Acordaram em consultar os seus governos" (8:49-50).

A delegação argentina mereceu severas críticas da Junta Militar. Afinal, tudo parecia retornar ao ponto de partida, há dezessete anos atrás. Por meio de áspero e magoado comuni-

cado, o Governo de Buenos Aires externou sua inconformidade por mais aquela prorrogação e ameaçou adotar "o procedimento que melhor consulte aos seus (da Argentina) interesses" (8:55). Tinha sido retirado o grampo de segurança e o disparo entrava na contagem regressiva.

Em fins de março, o governo inglês protestou contra a presença irregular de trabalhadores argentinos nas Ilhas Geórgias, onde desmontavam instalações baleeiras desativadas. O envio de um destacamento de "royal marines" à região provocou a irritação da Junta Militar, decidida a não ceder. O incidente teve dois importantíssimos efeitos: forneceu ao Almirantado Britânico forte razão para sustar a redução da esquadra de superfície e acabou antecipando a invasão argentina, pela iminência de quebra do sigilo da operação principal, prevista para os últimos dias de maio. A 28 de março a força naval argentina zarpu de Puerto Belgrano, em condições de combate. Seu destino: as Malvinas.

A dupla derrota - Encerrados os cruentos combates que abalaram o Atlântico Sul e boa parte do mundo, a Argentina não havia perdido apenas a guerra no terreno rochoso e gelado da Ilha Soledad, que aliás nem pretendia travar. Perdera também a guerra diplomática, em que tinha - nesta sim - a certeza da vitória fácil.

A primeira grande derrota política foi representada pela aprovação da Resolução 502 da ONU, que condenou a invasão logo em seu segundo dia. A esta resolução, adiante comentada com maiores detalhes, seguiu-se uma série de outros fracassos e desastres diplomáticos, o mais decisivo de todos ocorrido ainda na fase anterior ao desencadeamento das hostilidades: o malogro da mediação tentada pelo Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig fez pender para o lado britânico o trunfo que era essencial para ambas as partes - o apoio norte-ameri

cano. Com a opinião internacional de maior peso já definida como contrária, restava à Argentina apenas o inócuo - ainda que maciço - apoio das nações latino-americanas, que dificilmente se traduziria em algo mais do que simples respaldo oratório. É fácil de se imaginar a decepção e a perplexidade que a reversão do apoio dos Estados Unidos causou aos argentinos. Depois de uma fase de entendimento perfeito e de cooperação ativa, nem mesmo a neutralidade do grande país "amigo" lhes era concedida.

A mágoa e o desespero acabaram por conduzir o governo militar a um marcante paradoxo: a despeito de seu alinhamento ao Bloco Ocidental, dos duros anos de luta anti-comunista e da total indiferença sempre demonstrada para com os destinos do "Terceiro Mundo", a que não admitia pertencer, a Argentina enviou nutrida representação à Conferência dos Países Não Alinhados realizada em Havana nos primeiros dias de junho. Como aos naufragos à procura da "tábua de salvação", àquela altura qualquer apoio era bem-vindo, não importando a sua procedência ou as conseqüências decorrentes. O Chanceler Costa Méndez chegou a denunciar o envolvimento da África do Sul - país com o qual a Argentina experimentara recente "namoro" - em supostos e secretos planos de estabelecimento de uma base aeronaval nas Malvinas, em cooperação com os Estados Unidos e a Inglaterra. Buscava, obviamente, a simpatia e o apoio das inúmeras nações negras da África. Os resultados das gestões realizadas junto a Fidel Castro - principal razão da viagem a Havana - não foram, no entanto, animadores.

Foi notável a capacidade da Junta Militar de absorver ou de ignorar os inúmeros reveses. A própria reação inglesa, vista como um blefe, só passou a ser considerada séria com o a-fundamento do cruzador "General Belgrano". Mesmo assim, a partir daí o que se viu foi o acirramento dos ânimos e a escala-

da das hostilidades, persistindo os dirigentes argentinos avessos às posteriores tentativas de solução negociada, todas elas, como as de Haig, apreciadas mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

A única iniciativa sensata parece ter partido de um grupo de civis congregados por Adolfo Critto, um sociólogo-cristão de Buenos Aires. O "Plano Critto" sugeria uma conclamação de Galtieri à Nação pela retirada das tropas em razão da impossibilidade de seguir combatendo um inimigo infinitamente superior em tecnologia e dotado dos mais sofisticados meios. A idéia era aproveitar a predisposição do povo durante a visita do Papa João Paulo II, a 12 de junho. A chegada do Sumo Pontífice comoveu, de fato, o emotivo povo argentino, mas o plano já havia esbarrado, como tantos outros, no radicalismo de Anaya, embora haja dúvida de que Galtieri estivesse disposto a aprová-lo (8:307).

A teimosa intransigência, a falta de visão e acima de tudo a obstinada recusa da Junta Militar em reconhecer a própria fragilidade presidiram todas as ações. As críticas aos diplomatas argentinos deverão considerar esta circunstância, que lhes será, em parte, atenuante.

## CAPÍTULO 3

### INGLATERRA — A FIRME RESPOSTA

A resposta inglesa à invasão foi, desde o início, firme e incisiva: a Inglaterra retomaria as ilhas a qualquer preço, custasse o que custasse; antes disso não admitia negociar. Foi dentro desse espírito que trabalhou o "War Cabinet" constituído pela Primeira Ministra Margareth Thatcher para a condução integrada dos assuntos de defesa e de relações exteriores durante o conflito. Foi um exemplo bem sucedido do denominado "gabinete de crise".

Os três passos decisivos - A primeira grande vitória da diplomacia inglesa foi alcançada no dia 3 de abril, quando o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 502, amplamente favorável à Inglaterra (Ver Anexo E). Na antevéspera, o competente Anthony Parsons, Embaixador Britânico na ONU, conseguiu do Presidente do Conselho, o zaireano Kamanda wa Kamanda, um apelo à moderação por parte dos dois litigantes. A seguir, passou a desenvolver um ativo e incessante trabalho para obter os dez votos necessários à aprovação daquela resolução pelos dois terços dos membros do Conselho. A própria Primeira Ministra engajou-se pessoalmente na empreitada, conquistando para seu país o voto da Jordânia, que acabou decidindo a aprovação, nos termos em que fora proposta pela Inglaterra (18:100).

A 9 do mesmo mês, novo êxito diplomático foi concretizado em Bruxelas, com a imposição de embargo à Argentina pelos membros da Comunidade Econômica Européia, cujos efeitos evidentemente não se limitaram ao campo econômico: o boicote caracterizou, em acréscimo, importante alinhamento da Europa com a posição inglesa. Tomava corpo a firme base política que viabilizou e sustentou a reação militar. Ela seria consolidada, pou

co depois, com o terceiro grande passo diplomático.

Foi este, sem dúvida, o mais decisivo de todos e certamente o mais difícil: a obtenção do apoio dos Estados Unidos para uma operação que poderia incluir até a retomada das ilhas. Londres sabia do excelente relacionamento dos governos de Washington e Buenos Aires, compreendia a posição norte-americana no Continente e estava ciente do prometido apoio argentino à política de Reagan na América Central. Não ignorava também o receio norte-americano de um afastamento das atenções políticas e de ponderáveis recursos militares da OTAN para tão longe da Europa.

O Governo Britânico passou a concentrar seus esforços em todos os tipos de pressão sobre a Casa Branca. Neste aspecto, foi fundamental o papel desempenhado pelo embaixador inglês nos Estados Unidos, "Sir" Nicholas Henderson, em sua incansável atividade de convencimento da opinião pública e do governo daquele país, seja através da televisão e da imprensa, onde se fez onipresente, seja pelos contatos pessoais com congressistas e outras figuras de relevo.

Se os dois primeiros passos tinham sido importantes, na medida em que permitiram à Inglaterra armar-se do mais poderoso de seus trunfos — a força-tarefa naval — o terceiro foi simplesmente vital. Além da indispensável "autorização" para uma operação de guerra em área diretamente controlada pelos Estados Unidos, ele significou, entre outras vantagens, a possibilidade de utilização do único ponto de apoio viável em todo o longo percurso da força inglesa: a base norte-americana de Wideawake, na Ilha de Ascensão.

A "Dama de Ferro" - É forçoso que se reconheça, em todo o episódio da Guerra das Malvinas, a firmeza e a obstinação do governo conservador de "Mrs" Thatcher. A despeito das fortes

pressões exercidas durante as sucessivas tentativas de mediação, em nenhum momento foram feitas concessões que pudessem pôr em dúvida a firme disposição inglesa de mostrar ao mundo o alto preço a ser pago por uma clara afronta à Coroa Britânica. A força-tarefa naval, transformada sem vacilações de instrumento político em eficiente braço militar, acabou colhendo duas importantes vitórias: em Port Stanley e em Downing Street. O Gabinete Conservador de Margareth Thatcher, que antes do conflito se via enredado nas malhas de grave crise econômica e social, aparentando estar com os dias contados, emergiu do episódio revigorado no orgulho nacional refeito e na confiança do povo inglês. Por ironia do destino, Galtieri e sua Junta acabaram oferecendo ao adversário o que haviam planejado obter para si.

"The Falklands diplomacy" - Durante o conflito, a diplomacia inglesa foi sempre firme, ágil e ativa. Se alguma restrição se pode fazer ao seu desempenho, esta terá de reportar-se à fase anterior, em que ela foi muito lerda e reticente nas negociações em torno do destino das disputadas ilhas. Durante anos a fio o orgulho nacional argentino foi esgarçado por sucessivas contemporações e adiamentos, culminando com a proposta de junho de 1981 para o congelamento das negociações.

Falhou ainda a diplomacia inglesa em subestimar os claros indícios de que a paciência dos argentinos atingia um ponto de esgotamento e que a ocupação militar era iminente. O comunicado expedido pela Junta Militar no dia 1º de março, em protesto aos inexpressivos resultados da última rodada de negociações realizada em Nova York, continha toda a frustração e toda a mágoa acumuladas por sucessivas protelações de um problema diferenciadamente encarado pelos dois governos: a Inglaterra insistia em tratar como secundária uma questão que, para a Ar-

gentina, constituía uma concreta e arraigada aspiração nacional. Em sua parte final, o comunicado foi quase um ultimato que, se devidamente conjugado com numerosos indícios junto à opinião pública e à imprensa de Buenos Aires e com outros destilados das diversas conversações e gestões a nível de governo, deveria suscitar sérias apreensões e cuidados aos diplomatas londrinos.

Embora o Relatório Franks, apresentado em janeiro de 1983 ao Parlamento Inglês, tenha absolvido o governo e a diplomacia da maior parte das culpas que lhes eram imputadas (15), o fato é que persistem numerosas e sensíveis restrições ao alto preço pago pela manutenção de um autêntico calcanhar-de-aquiles da política inglesa e consideráveis dúvidas sobre a eficiência de ambos — governo e diplomacia — em removê-lo.

Os limites da vitória - A Inglaterra venceu a guerra no campo militar, mas os dividendos políticos não foram compensadores. A vitória militar lavou o orgulho britânico e fortaleceu sua posição por algum tempo, mas não terá representado um ponto final na disputa. A opinião expressa no Relatório Schackleton, de que é indispensável uma integração com a Argentina no processo de desenvolvimento das Malvinas, é esposada pela maioria dos analistas em todo o mundo, sem que se excluam os próprios ingleses. Por outro lado, a opinião mundial tenderá a encarar com tolerância a agressão argentina e a culpa de verá ser imputada a arroubos de patriotismo e à insensibilidade do regime "antidemocrático" que oprimia o país, como aliás ficou comprovado na aprovação da Resolução 37/9, da ONU (Ver Anexo L). Naquela oportunidade, ocorrida menos de cinco meses após a rendição do General Menéndez, nada menos que noventa nações, incluídos os Estados Unidos, votaram a favor da Argentina uma resolução que recomenda a imediata retomada das nego-

ciações sobre o destino político das ilhas. Várias nações que se haviam alinhado à Inglaterra durante a guerra agora se juntam ao reconhecimento internacional de que o problema ainda persiste e exige uma solução negociada.

A grande derrota imposta à Argentina parece não ter arrefecido sua determinação nem lhe reduzido as pretensões. Na recente tentativa de retomada das negociações ocorrida a 18 de julho último em Berna, na Suíça, acaba de ficar demonstrado que mesmo os mais democráticos governos argentinos serão inarredáveis quanto ao ponto crucial do problema: a soberania sobre as ilhas; a recusa dos britânicos em negociar este ponto provocou a retirada da delegação argentina antes que a reunião tivesse completado vinte e quatro horas (14).

Enquanto ainda subsistirem os efeitos do impacto provocado pela guerra na opinião mundial, a Inglaterra possivelmente conseguirá repelir com certa facilidade a insistência do seu antagonista na questão. A pressão internacional, contudo, tenderá a recrudescer, particularmente se os regimes constitucionais se estabilizarem na Argentina. Mais cedo ou mais tarde o antigo calcanhar-de-aquiles voltará a doer.

## CAPÍTULO 4

### ESTADOS UNIDOS — O FIEL DA BALANÇA

O dilema - A posição dos Estados Unidos foi tão decisiva quanto delicada na Guerra das Malvinas. As relações com a Argentina atravessavam talvez o seu melhor período neste século. "El niño mimado de los norteamericanos", como se auto-intitulava Galtieri (8:30), em repetidas ocasiões confirmara o apoio à política do Presidente Reagan na América Central. Além disto, a Argentina teria ao seu lado, com certeza, a maioria das nações centro e sul-americanas. No lado oposto, os laços de sangue e de tradição com a Inglaterra somavam-se ao peso das responsabilidades norte-americanas na OTAN.

Entre as figuras mais destacadas da política exterior americana as divergências eram flagrantes. Thomas Enders, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos e Jeane Kirkpatrick, Embaixadora Americana na ONU, eram francamente favoráveis ao fortalecimento dos laços com a América Latina. Já Casper Weinberger, Secretário da Defesa, e o Secretário Adjunto para Assuntos Europeus, Lawrence Eagleburger, atribuíam total prioridade ao panorama europeu — eram, como o próprio Secretário de Estado Alexander Haig, "atlanticistas". Configurava-se o clássico dilema em que se tem debatido a política externa norte-americana nos tempos atuais (18:104).

Alguns sugeriam deixar a questão no âmbito da OEA ou da ONU; outros consideravam caber aos Estados Unidos conduzir as negociações. Acabou triunfando a corrente da mediação, apoiada na evidência de que era imprescindível evitar que se chegasse a ter de optar entre os dois aliados, o que forçosamente ocorreria caso a situação progredisse na direção de um possível enfrentamento. Seria também vantajoso, na eventualidade de um fracasso da mediação, contar com providencial dilatação

do prazo para a decisão final.

A Missão Haig - Embora bastante clara, parece que a iminência do estabelecimento do dilema não chegou a alarmar o Presidente Reagan. Como a maioria de seus compatriotas, ele talvez acreditasse que a Inglaterra viria a transigir até certo ponto com a invasão argentina. O móvel da questão parecia ridículo: um grupo de pequenas e geladas ilhas perdidas nas proximidades do Pólo Sul. E, afinal de contas, não tinham estado os próprios britânicos empenhados em achar uma maneira aceitável de atender aos seculares reclamos dos argentinos?

Após a inútil e já tardia solicitação telefônica de Reagan a Galtieri na véspera da invasão, retardada não se sabe se pela desinformação ou pela incredulidade, o que se viu foi um esforço ingente e quase pessoal de Alexander Haig para evitar a guerra. O Secretário de Estado obteve pouco mais do que a aprovação presidencial para a tarefa e a desempenhou debaixo da crença generalizada de que o fazia mais em busca de uma afirmação pessoal do que por acreditar de fato nela.

De qualquer modo, por uma ou outra razão — ou por ambas — Haig transportou seu amadorismo diplomático em incessante vaivém por sobre o Atlântico, entre Londres e Buenos Aires, sem nenhum resultado positivo.

Pelo menos duas propostas concretas e um sem-número de penosas e insistentes gestões não foram capazes de harmonizar a profunda divergência; as posições a cada dia mais se radicalizavam. Nenhuma das respostas inglesas deixou de incluir como condição indispensável a qualquer negociação a imediata retirada das tropas invasoras, em obediência à Resolução 502 da ONU. As obstinadas reações argentinas, por sua vez, não contiveram nenhuma concessão de peso e se fixaram no reconhecimento prévio da soberania sobre as ilhas.

Como cartada decisiva, Haig chegou a lançar sobre a mesa, com a concordância do Presidente Reagan, o trunfo máximo para con-vencer a intransigente Junta Militar:

os Estados Unidos estavam dispostos a dar apoio total às operações levadas a efeito pela força-tarefa naval inglesa, que já navegava em águas do Atlântico a meio caminho de seu destino final. Na realidade, talvez o próprio Haig não avaliasse a verdadeira dimensão da ameaça que acabava de transmitir. Nem mesmo o Presidente, como de resto a maioria da população norte-americana, admitiria, àquela ocasião, que a força-tarefa britânica acabaria se tornando bem mais do que um instrumento de pressão política.

A "bomba" não teve o efeito esperado por seus lançadores. Em violenta reação, inacreditável àquela altura dos acontecimentos, o Almirante Anaya, "pai" do "Operativo 2 de abril" e já a voz mais forte da Junta Militar, bradou ao espantado Secretário de Estado que aquilo era uma mentira (18:112).

Tanto o "plano de cinco pontos", primeira proposta negociada pessoalmente por Haig, como a "Haig II", enviada simultaneamente de Washington a Buenos Aires e a Londres, fracassaram, comprimidas entre a firmeza de "Mrs" Thatcher e as opiniões radicalizadas, da Junta Militar Argentina.

No dia 30 de abril, atendendo à proposta do titular do Departamento de Estado, Reagan deu por encerrada a tentativa de mediação, declarou a Argentina "nação agressora", aplicou-lhe sanções econômicas e assegurou à Inglaterra o apoio material que fosse necessário às operações da força-tarefa.

Na fase operativa - Após o fim da Missão Haig e já desencadeadas as operações para a retomada das ilhas, persistiram algumas tentativas pessoais da parte da Embaixadora Kirkpatrick

no afã de evitar o desastre que acreditava representar para a política norte-americana no Continente uma derrota humilhante da Argentina. Também o General Vernon Walters foi enviado por Haig de volta a Buenos Aires para novas sondagens junto a seus amigos militares, nas quais não obteve maior êxito.

Como última tentativa de evitar um desfecho trágico da guerra já iniciada, Reagan apresentou à Primeira Ministra Thatcher em Versalhes, no dia 3 de junho, um novo plano propondo a retirada dos beligerantes e o envio de uma força interamericana de paz à região. A esta altura, com as tropas inglesas nas imediações de Port Stanley, qualquer tentativa de solução negociada não teria muita chance.

Apoio decisivo - O apoio norte-americano à Inglaterra foi, como já se afirmou, nada menos do que decisivo. Além do respaldo político e da cessão da Base de Wideawake, onde pôde ser montada grande parte do esquema de apoio logístico inglês e de onde levantaram vôo os bombardeiros "Vulcan" em seus posteriores ataques às Malvinas, a cooperação americana incluiu fornecimento de combustível, mísseis, armamento e munição, apoio de comunicações e de informações - inclusive com a utilização de satélites - e outros importantes itens. Afirma-se que até mesmo o empréstimo do navio-aeródromo "Guam", com tripulação completa, estava previsto (2). Não interessava aos Estados Unidos o prolongamento do conflito e muito menos a sua temida "universalização", ensejando críticas e desafios que trariam maior desgaste à já incômoda posição norte-americana no Continente e indesejáveis riscos em âmbito mais abrangente. Estava fora de toda a cogitação, ainda, admitir-se uma derrota da Inglaterra com o conseqüente abalo de um dos mais sólidos pilares da OTAN.

É bastante lógico duvidar-se de que sem o apoio norte-americano

a Inglaterra tivesse chegado a consumir a retomada das ilhas pela força, apesar da inquestionável e provada eficiência de sua máquina de guerra e do total despreparo da defesa argentina. De qualquer modo, não há nenhuma dúvida de que, pelo menos, a operação teria sido infinitamente mais custosa, demorada e desgastante. Nem é lícito descartar-se a eventualidade de um fracasso, cujas catastróficas conseqüências certamente teriam peso fundamental na avaliação da opção bélica.

Entre as causas que se podem alinhar da decisão norte-americana, algumas merecem destaque especial:

Em primeiro lugar, a indubitável eficiência da diplomacia inglesa ao obter o suporte político internacional, a par da incansável atividade de convencimento exercida por Sir Nicholas Henderson, com o respaldo do governo de seu país.

Outra causa de sensível influência residiu no fato de estarem em jogo os interesses do mais tradicional aliado dos Estados Unidos: a democrática pátria-mãe britânica, em contraposição aos de um regime militar, altamente antipatizado pelo povo americano e que havia assumido a condenável condição de agressor. Dificilmente um governo com o nível de tutela da população como o norte-americano — relembre-se Watergate — poderia sustentar-se em uma incômoda posição favorável à Argentina. Recente pesquisa de opinião revelava que sessenta por cento da população eram francamente favoráveis ao apoio à Inglaterra, enquanto apenas dezenove por cento ficavam do lado da Argentina (18:113). Era um peso considerável em um país que valoriza mais do que qualquer outro este tipo de consulta popular.

A causa principal e definitiva, no entanto, foi a prioridade indiscutível atribuída aos interesses americanos na Europa sobre qualquer outra parte do mundo. A prevalência sempre e mais uma vez comprovada do confronto Leste-Oeste sobre o

eixo Norte-Sul. A Inglaterra é uma das peças mais importantes do esquema operativo da OTAN e tinha a seu lado a integral solidariedade das mais expressivas nações da Europa Ocidental. A recusa do apoio ao governo britânico significaria a perda de pontos preciosíssimos para a estratégia do Ocidente no Continente Europeu, preço extremamente alto a ser pago pela simpatia dos sul-americanos e pela cooperação argentina nas áreas de atrito da América Central. Não têm sido outros os critérios a nortear a política externa norte-americana nas últimas décadas.

*gestões norte-americanas*

O desempenho - A diplomacia norte-americana mais uma vez deixou a impressão de que seus executores não alcançaram os níveis de eficiência exigidos por uma nação de tal porte.

As gestões do despreparado Secretário de Estado Haig foram conduzidas de forma atabalhoada, sem o conveniente apoio do seu Governo, que aparentou ter estado mais a reboque dos acontecimentos do que conduzindo, como lhe cabia, a questão. Foi nítida a indiferença norte-americana pelos esforços de pacificação desenvolvidos na ONU, culminando com o desastrado episódio do veto à proposta hispano-panamenha de cessar-fogo, em 4 de junho, quando a Embaixadora Jeane Kirkpatrick, autorizada por Haig já fora do prazo para alteração do voto, declarou que a intenção de seu país era, em realidade, a de uma abstenção. Com isso conseguiu desagradar igualmente a argentinos e ingleses.

As inúmeras e ostensivas divergências e o completo descompasso entre os principais encarregados da política externa completaram um quadro que induz a sérias suspeitas quanto à real capacitação da nau diplomática norte-americana para navegar nas águas turbulentas das relações internacionais contemporâneas, mormente sob a ameaça de um possível confronto nuclear.

## CAPÍTULO 5

### A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

Seguindo a tendência dos conflitos entre nações na atualidade, a Guerra das Malvinas não ficou restrita aos dois países beligerantes. Inúmeras nações participaram em maior ou menor grau, variando seus envolvimento desde a simples opinião até o apoio efetivo a uma das partes, como foi o caso dos Estados Unidos.

Antes mesmo do surgimento do primeiro navio de guerra argentino no horizonte do Arquipélago das Malvinas, a opinião internacional era sacudida pela intensa movimentação de diplomatas de diversas nacionalidades, no afã de encontrar solução para a crise ou mesmo de capitalizar os dividendos políticos em jogo. Eram as primeiras cenas de uma novela com inúmeros atores de maior ou menor talento desempenhando os mais variados papéis.

Excluídas a participação do Brasil e a dos Estados Unidos, que mereceram capítulos à parte por sua importância para o propósito deste trabalho, segue-se uma abordagem sumária da atuação de diversos países e organismos internacionais com marcante envolvimento no conflito.

A Resolução 502 da ONU - A eficiente ação de Sir Anthony Parsons trouxe a Organização das Nações Unidas bem cedo à cena, com os debates que concluíram pela aprovação da Resolução 502, determinando a retirada das forças argentinas e o início das negociações para uma solução pacífica da crise. Votaram a favor, além da Inglaterra, nove países: Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, Zaire, Togo, Uganda, Guiana e Jordânia. O Panamá, único país latino-americano com assento no Conselho, votou contra. A União Soviética se absteve, apesar da pressão

do argentino Costa Méndez, confirmando o critério de apenas usar o seu poder de veto em defesa de interesses diretos. Outras abstenções partiram da Polônia, da China e da Espanha, possivelmente a primeira a reboque da URSS e a última com as vistas voltadas para a sua disputa com a Inglaterra em Gibraltar (Ver Anexo E).

De todas as deliberações e gestões desenvolvidas na ONU, a Resolução 502 foi a única de efeitos concretos. Apesar de, como as demais, não ter sido cumprida, ela respaldou politicamente a represália inglesa, reconhecendo e condenando a invasão da Argentina, que teve sensivelmente prejudicada a pretendida vantagem de posição, em última análise o grande objetivo de todo o seu esforço nacional.

O boicote econômico da CEE - A posição adotada pelas nações da Europa Ocidental em relação ao conflito foi, de um modo geral, de total alinhamento com a Inglaterra. Os frequentemente emperrados mecanismos da solidariedade européia foram postos em funcionamento com surpreendente presteza e, uma semana após a invasão, os países membros da Comunidade Econômica Européia estabeleceram um boicote econômico à Argentina, suspendendo suas encomendas de armamentos e decretando o embargo total do comércio com aquele país.

Não se atribua exclusivamente à nascente integração política européia a solidariedade demonstrada e a presteza da decisão. A motivação mais lógica poderá ser encontrada mais uma vez no histórico hermetismo do Norte industrializado em relação ao Sul e nos interesses das ricas nações em busca de futura reciprocidade do apoio inglês, não só no âmbito da CEE como na resolução de futuros problemas políticos análogos, como é o caso da França em relação a suas disputas com Maurício e com a República Malgaxe em torno de algumas ilhas no Canal de

Moçambique (19).

A tentativa de mediação do Peru - Os últimos dias de abril foram de grande tensão. As respostas da Inglaterra e da Argentina à segunda proposta mediadora de Haig tinham sido simplesmente incompatíveis. No dia 25, as Ilhas Geórgias foram reocupadas pela Marinha Britânica e as hostilidades já começavam a indicar que a Guerra das Malvinas caminhava para um ponto sem retorno. No dia 29 a força-tarefa inglesa atingia a Zona de Exclusão e os bombardeiros "Vulcan" chegavam à Ilha de Ascensão. Nos próximos dias os aviões ingleses sobrevoavam as Malvinas e iniciavam os bombardeios. Mas foi o afundamento do cruzador argentino "General Belgrano", a 2 de maio, que mostrou ao mundo — inclusive ao próprio povo britânico — que o governo de "Mrs" Margareth Thatcher não estava blefando.

Foi sob a forte emoção da tragédia do "Belgrano" que a Junta Militar recebeu a proposta peruana enviada diretamente a Buenos Aires pelo Presidente Belaunde Terry, com o apoio dos Estados Unidos. Semelhante à última das propostas apresentadas por Haig, dela se diferenciava basicamente em um ponto: a participação de países sul-americanos — entre eles o Brasil — na implementação do acordo e na administração provisória das ilhas. O plano peruano aparentava constituir mais uma tentativa do magoado Secretário de Estado norte-americano, dessa vez pela via indireta (Ver Anexo G).

O Governo Britânico, por sua vez impactado pelo míssil "Exocet" que impuzera a primeira grande perda à sua esquadra — a fragata "Sheffield" — e grande abalo à opinião pública do país, deu acolhida favorável à proposta de Belaunde, após reunião de todo o Gabinete convocada pela Primeira Ministra (18:168-169).

O Governo Argentino, todavia, não teve a necessária sensibili-

dade; rejeitou a proposta peruana por considerá-la tão inaceitável como as anteriores de Haig. Como se a situação permanecesse inalterada: durante as gestões norte-americanas, a esquadra britânica singrava longínquas águas bem mais setentrionais do Atlântico e ainda não se tinha efetivado o apoio dos Estados Unidos. O "Exocet" certamente fizera reverter a expectativa e acabara colocando também a pique uma das mais concretas oportunidades perdidas pela Argentina para uma saída honrosa do apertado túnel em que se metera.

As "idéias" do Secretário-Geral - Durante as gestões de Alexander Haig, o Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, preferiu manter uma atitude de expectativa. Qualquer interferência da organização mundial, imaginava ele, seria inoportuna e prejudicial às já estremecidas relações com Washington (18:166).

O fracasso das negociações americanas e o início efetivo das hostilidades encurtavam celeremente os prazos da diplomacia. No dia 2 de maio, Pérez de Cuéllar levou aos representantes argentino e britânico na ONU o que chamou modestamente de "idéias": mais uma tentativa de sustar as hostilidades, consubstanciada em uma proposta que continha como novidade a administração provisória das ilhas pela ONU, com a colaboração da Argentina e da Inglaterra; portanto sem a presença norte-americana, já considerada indesejável pelos argentinos (Ver Anexo G).

O andamento da proposição do Secretário-Geral foi bloqueado, contudo, pela antecipação de seu compatriota, o Presidente Belaunde Terry, em enviar a Buenos Aires, no mesmo dia, a proposta peruana.

As "idéias" de Pérez de Cuéllar foram finalmente debatidas na sede da ONU, em Nova York, com os delegados argentino e britânico, no dia 7 de maio. Talvez a proposta do diplomata

peruano tenha sido a que chegou mais perto de uma solução honrosa. Ambas as partes fizeram importantes concessões: a Inglaterra ao aceitar a exclusão dos "kelpers" da administração provisória das ilhas e a Argentina ao abrir mão, pela primeira vez, da aceitação prévia da soberania.

Os ânimos, porém, cada vez mais se acirravam entre os dois beligerantes e as respostas finais de um e de outro não puderam ser harmonizadas. Entre outras divergências, a Argentina não admitiu que se excluíssem das negociações as "dependências" e exigiu a fixação de um prazo para a conclusão das gestões, findo o qual a questão seria levada à Assembléia-Geral da ONU; isso não interessava à Inglaterra, dada a maioria de países do bloco dos "não alinhados" naquele órgão, o que enfraquecia a sua posição.

Últimas tentativas na ONU - No dia 26 de maio o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 505, que reiterava a Resolução 502 e solicitava urgentes providências dos beligerantes para o fim das hostilidades, instando o Secretário-Geral a que redobrasse os esforços para uma solução negociada (Ver Anexo H).

Apesar da aprovação da Resolução 505 pela Inglaterra, era tarde demais. As tropas britânicas já pisavam o solo da Ilha Soledad e a força-tarefa tinha a lamentar o afundamento, nos últimos dias, das fragatas "Ardent", "Antelope" e "Coventry" e do navio-transporte "Atlantic Conveyor", além da destruição de algumas aeronaves. A Força Aérea Argentina acusava pesadas perdas. A conquista de Port Stanley era esperada para os próximos dias. Só um tipo de saída tornara-se possível: a rendição.

Espanha e Panamá ainda apresentaram, em 4 de junho, uma derradeira proposta de resolução ao Conselho de Segurança, solicitando aos dois países o cessar-fogo e a retomada das ne-

gociações. A Inglaterra recusou a proposta, acompanhada pelo desajeitado veto que a representante norte-americana tentou alterar para abstenção.

As gestões na OEA - As gestões diplomáticas desenvolvidas no âmbito da Organização dos Estados Americanos não tiveram maior influência no transcurso do conflito, mesmo porque a Inglaterra não se inclui entre seus membros. Principalmente após a defecção do seu mais poderoso sócio — os Estados Unidos — aquele organismo continental teve a força política drasticamente reduzida. Ademais, a própria atitude da Argentina ao iniciar o conflito com um ato de força, justificando a imediata condenação por parte da ONU e da opinião mundial, concorria para invalidar qualquer esforço eventualmente tentado em âmbito interamericano a seu favor.

Ainda antes de se definir a posição norte-americana, a Argentina levou a questão para o âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), preferindo-o à Assembléia-Geral para furtar-se às posições certamente contrárias dos numerosos países de origem britânica do Caribe, em sua quase totalidade não signatários do Tratado do Rio de Janeiro. Preten- dia assim a diplomacia argentina sensibilizar os Estados Uni- dos com o apoio que esperava da maioria das nações latino-a- mericanas. De fato, das duas únicas resoluções propostas na Assembléia, uma se originou exatamente das nações caribenhas de língua inglesa que desejavam a condenação da Argentina. Foi recusada. A outra, colombiana, oferecendo cooperação amistosa para a solução pacífica do conflito, foi aprovada por aclama- ção (16:23-4).

Assim, na manhã do dia 26 de abril, convocada a 20ª Reu- nião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, com a presença dos 21 signatários do TIAR, começou-se a discutir uma

tomada de posição conjunta diante da crise das Malvinas.

Se a intenção argentina foi a de pressionar os Estados Unidos através do TIAR, nos moldes da ameaça velada de Galtieri a Haig de "dividir o continente em duas partes — acima e abaixo do Rio Grande" — ela não deixava de ser mais uma vez paradoxal, pois pretendia, por exemplo, a adesão do Governo da Nicarágua, contra quem a própria Argentina havia estado disposta a invocar meses antes, para ser agradável justamente aos norte-americanos, os mecanismos daquele mesmo tratado de "segurança hemisférica" (8:196). E, sem falar no seu estado de pré-guerra com o Chile, que dizer do sistemático desprezo que os governos do chamado "Processo de Reorganização Nacional" sempre dedicaram à solidariedade e à integração latino-americanas (8:192)?

Apesar de alguns arroubos hispânicos, o texto final do primeiro documento produzido na 20ª Reunião de Consulta teve como característica básica a moderação, obtida graças especialmente à sensata atuação do Brasil. Sem condenar explicitamente a Inglaterra, a Resolução 28/82 exigiu o cumprimento da Resolução 502 da ONU, deplorou o embargo da CEE e, pela primeira vez desde a criação da OEA, reconheceu a soberania argentina sobre as Malvinas (Houve um precedente em 1976, porém em um órgão de assessoramento, o Comitê Jurídico Interamericano) (8:205). Não foram citadas, entretanto, as "dependências" (Ver Anexo I).

Somente um mês depois, justamente no dia seguinte ao da batalha de Goose Green (29 de maio) é que a 20ª Reunião de Consulta expediu a sua segunda resolução, que deixava margem a um eventual e facultativo — ainda que tardio — apoio à Argentina pelos países-membros. Condenou o ataque inglês e reiterou a imperiosa necessidade da cessação da contenda. Esta resolução mereceu as abstenções dos Estados Unidos, já àquela

altura comprometidos com seu apoio à Inglaterra, da Colômbia, provavelmente preocupada com o litígio com seu nada confiável vizinho no Golfo da Venezuela e, por razões óbvias, do Chile e de Trinidad-Tobago (Ver Anexo J).

Uma terceira resolução, apresentada no dia seguinte por Equador e Bolívia, aprovava a condenação ao bloqueio das costas argentinas e a outras sanções impostas por algumas nações.

A solidariedade latino-americana - A posição da totalidade das nações latino-americanas foi de apoio à Argentina. Ainda que restrito ao campo pouco prático das declarações e das ameaças, o alinhamento nitidamente contrário à posição dos Estados Unidos não deixou de constituir um alerta de que a política norte-americana para o Continente talvez necessite ser revista. A intensidade do apoio manifestado pelas diversas nações variou basicamente na proporção dos interesses nacionais em jogo: Venezuela e Guatemala com reivindicações territoriais sobre antigas colônias britânicas, Peru e Bolívia em seu costumeiro alinhamento antichileno com a Argentina, e o tradicionalmente antiamericano Panamá chegaram ao nível mais elevado de apoio, com oferecimento de ajuda militar. Cuba, que reatou relações diplomáticas com a Argentina a nível de embaixada, Nicarágua e El Salvador agregaram o tempero do Leste à amplitude de seu apoio, embora eximindo-se de prestar apoio militar. Colômbia, Equador, Chile, Paraguai e Uruguai fundamentaram em tese anti-colonialista suas posições contrárias à Inglaterra. México e Brasil, os mais moderados, mantiveram atitudes de ponderação, conquanto nitidamente inseridas no quadro geral da integração interamericana (16:22-3). O México esboçou, inclusive, uma tentativa de promover um encontro Thatcher-Galtieri. Chegou a ser definido o local da entrevista - o balneário turístico de Cancun - mas a tentativa não progrediu, não se sa

be se por recusa da Primeira Ministra ou por desânimo do Presidente López Portillo ao constatar a inutilidade do seu intento (8:308).

Balanço final - De todo este envolvimento internacional no conflito emergem algumas constatações, nenhuma delas, por sinal, inédita:

Assim, ficou confirmado que o Continente Americano não se exclui do quadro de polarização do mundo atual. A política interamericana continua sendo a política dos Estados Unidos e os organismos e tratados regionais os seus instrumentos. O TIAR, única aliança existente no Atlântico Sul, é um produto clássico do ordenamento internacional do pós-guerra, como de resto a própria OEA. Foi concebido dentro do quadro ideológico proposto por Washington, que sempre lhe impôs a característica de pacto anti-soviético mais que a de instrumento de defesa regional. A linha divisória entre os dois mundos continua passando no centro da Europa e não na calha do Atlântico, onde a quer a visão acanhada de alguns países latino-americanos.

Segundo o mesmo enfoque, a posição das nações européias foi uma clara reiteração de que os países ricos permanecem firmes e unidos na defesa de seus interesses, indiferentes ao agravamento do conflito Norte-Sul, cuja dimensão se situa além da sua sensibilidade.

O episódio mostrou ainda que a ONU continua sendo — embora aí resida o seu grande valor — pura e simplesmente um foro de debates. Está muito longe o dia em que o ordenamento mundial comportará a existência de um órgão internacional com efetivo poder de decisão, capaz de impor a solução pacífica das controvérsias entre nações.

Foi ainda desta vez comprovado o despreparo das diplomacias americanas, com escassas exceções, entre elas a do Brasil.

Os debates na OEA e mesmo na ONU foram marcados pela retórica estéril de alguns e pela falta de visão de outros em busca de inoportunas capitalizações da crise em favor de suspeitos interesses de seus países, como o da Venezuela na questão do Essequibo e o da Guatemala em relação a Belize, ou mesmo pessoais, como sugeriu a disputa de prestígio entre Belaunde Terry e Pérez de Cuéllar. Sem falar dos sucessivos equívocos da diplomacia argentina e das divergências internas dos norte-americanos, já analisados em capítulos anteriores.

Entre os diversos naufrágios verificados na Guerra das Malvinas, conte-se o da diplomacia. Ela não foi capaz, não obstante o grande número de protagonistas de múltiplas nacionalidades, de evitar uma guerra que a ninguém aproveitou: passados dois anos, as motivações anteriores permanecem inalteradas. A rendição de Port Stanley, como todos os argentinos sabem, não foi o ato final.

## BRASIL — A POSIÇÃO DE EQUILÍBRIO

No balanço final da Guerra das Malvinas o Brasil figura, sem dúvida, entre os beneficiários. Mais uma vez a nossa diplomacia demonstrou maturidade e competência, aumentando ainda mais a sua reconhecida credibilidade internacional.

Não cabe aqui analisar em detalhes o fundamento da posição brasileira de apoio às pretensões de soberania argentina sobre as Malvinas (alguns a rotulam de incoerente por contrariar o mesmo princípio - o "uti possidetis de facto" - tantas vezes advogado na consolidação de nossas fronteiras, ou negam a procedência justificativa histórica de que teria havido uma definição brasileira ao tempo da ocupação das ilhas pelos ingleses, em 1833) (28). O fato é que existiu em nossa posição uma firme e positiva atitude de anticolonialismo e de solidariedade pan-americana. Como já ficou afirmado no capítulo inicial deste trabalho, a fundamentação jurídica de ambas as partes em litígio é abstrata; em situações abstratas, não se pode falar em coerência, mas sim em conveniência.

Não se pode negar que a diplomacia brasileira soube encontrar o ponto certo de equilíbrio. O apoio à reivindicação argentina, sem concordar com a ocupação militar das ilhas, chegou a ser mencionado como "uma pérola da invenção diplomática" (3). Assim, sem desagradar à Argentina, pudemos manter a fidelidade a um princípio já consagrado por nossa diplomacia, que é o da solução negociada e pacífica de todos os conflitos, em consonância com o Artigo 33 da Carta das Nações Unidas (1:391).

Toda a atuação brasileira esteve embasada nestas duas premissas fundamentais: apoio ao direito argentino sobre as Mal-

vinas e solução pacífica das controvérsias. Assim foi ao apoiarmos integralmente a Resolução 502 da ONU de 3 de abril de 1982, a Resolução 28/82 de 28 do mesmo mês do órgão de consulta do TIAR e todas as tentativas de mediação desenvolvidas na ONU e na OEA, assim como as de Haig, Belaunde Terry e Pérez de Cuéllar.

O boicote econômico da CEE foi energicamente condenado pelo Brasil, em conjunto com a maioria dos países sul-americanos, no âmbito da OEA. Também o ataque inglês ao arquipélago, rejeitado pela II Resolução do TIAR, contou com o repúdio do nosso país. Mantendo a mesma coerência, volta o Brasil a apoiar a Resolução 37/9 de 4 de novembro de 1982, portanto posterior ao conflito, em que a ONU recomenda a retomada imediata das negociações sobre a soberania das ilhas, e a Resolução de 20 de novembro do mesmo ano, da OEA, que a reitera e incentiva (Ver Anexo M).

Em resumo, o Brasil em momento algum negligenciou a sua opção continental; pelo contrário, esteve sempre ao lado da Argentina, respaldando os interesses do país vizinho em todos os pontos, menos em um: a agressão armada. Uma posição bastante próxima, inclusive, à da maior parte da opinião pública argentina — cessada a euforia emocional da fase operativa — e totalmente coincidente, sabe-se agora, com o pensamento predominante no Palácio San Martin, sede do comando diplomático da daquele país. Não faltou aos nossos diplomatas a percepção de que o posicionamento do Brasil é muito mais importante para a Argentina e para a América Latina do que para a Inglaterra ou outra grande potência.

O Brasil tem procurado insistentemente, por todos os meios, reforçar a integração sul-americana. Sua atuação diplomática no episódio das Malvinas não desmentiu este propósito; antes o reiterou na medida em que buscou acrescentar-lhe maturidade,

realismo e bom-senso. Segundo declarações do próprio Chanceler Saraiva Guerreiro, mesmo a posição final adotada pelos Estados Unidos, considerada surpreendente e contraditória pela maioria das nações hispânicas da América, não causou igual surpresa ao Itamaraty que, desde o princípio, a tinha previsto como óbvia (20).

Em relação à Inglaterra, as perdas diplomáticas do Brasil, se verificadas, terão sido insignificantes, por certo menores do que os lucros contabilizados. O apoio à soberania argentina sobre as ilhas e o repúdio às represálias econômicas e militares se inseriram em posições coletivas do Continente e não constituíram novidade em relação a anteriores posturas brasileiras.

O Brasil desempenhou com eficiência importante papel de moderador em todos os debates no âmbito da ONU e da OEA, procurando anular os radicalismos e os excessos da parte de algumas nações latino-americanas. Em relação às potências econômicas envolvidas, opôs-se com firmeza às pressões por elas exercidas. Antes de vista como omissa por uns e por outros como hostil, a atuação brasileira pode ser considerada como fruto de uma posição continental lúcida, madura e positiva, o que não terá passado despercebido nem mesmo à astuta diplomacia britânica, como se depreende dos elogios partidos de "Sir" Nicholas Henderson, embaixador inglês em Washington, em entrevista concedida ao semanário "Newsweek", um ano depois.

Finalmente, parece ter ficado justificado o consenso de que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil merece figurar com destaque entre as mais eficientes diplomacias do mundo.

## CONSEQUÊNCIAS, LIÇÕES E PERSPECTIVAS

"Tudo como dantes ..." - Uma das conseqüências do conflito citadas com maior freqüência e ênfase é a do estremecimen- to das relações dos Estados Unidos com a América Latina, em es- pecial com a Argentina. A grande potência do norte é acusada, com justiça, de trair a solidariedade continental e o próprio espírito do TIAR, atribuindo prioridade descabida ao confron- to Leste-Oeste e à OTAN em detrimento da atenção em direção ao Sul e da sua responsabilidade pan-americana. Alguns analistas chegam a ir mais adiante, prognosticando sérias dificuldades para a política norte-americana no Continente.

Em realidade, este aspecto parece não ter tanta relevân- cia e as apreensões que ele suscita certamente acabarão sendo esquecidas. Embora a afirmação possa parecer maquiavélica, nas relações entre estados não sobra lugar para critérios de ami- zade ou para compromissos de ordem sentimental ou tradicional. Via de regra, elas são conduzidas por mútuos interesses ou im- postas pelo mais poderoso.

Mesmo no sistema de valores do Ocidente, que propicia uma certa liberdade de opção e de exercício da soberania pelos paí- ses que o adotam — pelo menos em grau bem mais palpável do que o verificado do outro lado do mundo — o uso desse privilégio estará na razão direta da fatia de poder empunhada por cada agente. Aliás, não se procurem muito longe desta crua realida- de as explicações mais plausíveis da vitória inglesa nas Mal- vinas e do apoio norte-americano.

A guerra em nada alterou o gritante desequilíbrio de po- der, que até se vem agravando com a crise recessiva imposta pe- lo Norte às economias latino-americanas de um modo geral, sem que se possa prever qualquer alteração do panorama continen-

tal. As frustrações e as mágoas dos argentinos e das nações que se posicionaram ao seu lado não haverão de ter, portanto, peso acentuado nas futuras relações com os Estados Unidos. Quando muito, servirão para alimentar inúteis e prolixas retóricas, aliás fartamente empregadas nos foros diplomáticos do Continente, enquanto a "prime rate" continua em alta ...

As cartas permanecem nas mesmas mãos em que sempre estiveram.

Apagando as fogueiras - A volta da Argentina ao regime democrático e institucional certamente constituiu — esta sim — a mais importante das conseqüências da grande derrota das Malvinas, não só para o país vizinho como para o sistema interamericano. Durante os últimos anos, a Argentina vem transbordando das suas fronteiras a instabilidade emocional que tem caracterizado o quadro interno da grande nação platina, em constante ebulição que atinge os quatro grandes campos da análise conjuntural: o político, o econômico, o psicossocial e até mesmo o militar. Seus últimos governos, desgastados com a incontrollável seqüência de fracassos internos, vinham procurando no campo externo a compensação de suas inúmeras frustrações, levando a apreensão, o receio e a intranqüilidade a todo o Continente, em especial aos seus vizinhos mais próximos do Cone Sul.

Embora ainda fumeguem as cinzas das mais recentes fogueiras armadas pela Argentina, no Canal de Beagle e nas Ilhas Malvinas, a atual atitude de sua política externa parece indicar melhores perspectivas e caracterizar uma real tendência à integração no Continente e no Bloco Ocidental, como se pode depreender das diretrizes traçadas pelo governo Alfonsín para as relações exteriores: prioridade para a América Latina; participação no movimento dos não alinhados; fortalecimento dos laços com a Europa e restabelecimento das relações cordiais com

os Estados Unidos (32:11).

A serem confirmadas estas louváveis intenções, a reciprocidade das demais nações e dos diversos organismos internacionais deverá fazer-se sentir, uma vez que o novo governo representa a antítese dos anteriores, amplamente rejeitados e condenados pela opinião internacional. A mudança "radical" resultante do conflito — ou por ele antecipada — poderá, mesmo, ser apresentada como uma vitória das grandes potências que a causaram, servindo para justificar, no argumento da responsabilidade pela manutenção dos ideais democráticos do Ocidente, as suas violentas e contestadas intervenções.

Uma lição relevante - Entre as mais claras lições colhidas na Guerra das Malvinas, muitas delas já apontadas em anteriores apreciações, ressalta a confirmação de que o poder militar é o definitivo instrumento de pressão política entre nações. A afirmativa de que as Forças Armadas constituem o "braço armado da diplomacia" ficou mais uma vez plenamente caracterizada. Apesar dos grandes triunfos da diplomacia inglesa e das pressões econômicas exercidas sobre a Argentina, a questão acabou sendo definida pela força-tarefa naval, com seus sofisticados meios materiais e suas eficientes forças de desembarque.

Parece ser esta a mais importante de todas as lições a serem assimiladas por nosso país. Se no complexo terreno da habilidade diplomática e das gestões internacionais o Brasil provou que continua merecendo uma classificação mais próxima à de mestre que à de discípulo, no campo militar nossa política está a requerer urgente e profunda revisão.

É realmente preocupante a constatação de que o poder militar brasileiro não vem acompanhando o ritmo de crescimento ve

rificado em outros campos da atividade nacional.

Maiores se tornam as razões de preocupação quando se reconhece a inadequabilidade do atual momento econômico e político de nosso país para qualquer esforço no sentido de reduzir essa deficiência, ao mesmo tempo em que se dispõe de notícias de que o incremento do poder militar continua prioritário em outras nações sul-americanas. Nenhuma diplomacia, como a Guerra das Malvinas acaba de demonstrar, pode prescindir do respaldo de um efetivo poder de dissuasão ou, se necessário, de reação.

Solução à vista? - Em termos de perspectiva de solução da secular controvérsia, o conflito parece ter sido um verdadeiro desastre.

A Argentina, grande interessada em alterar o atual "statu quo", saiu da guerra enormemente desgastada. A posição de credor usurpado - o grande trunfo diplomático com que contava - foi trocada pela desfavorável imagem de agressor. Seu poder de barganha ficou, portanto, praticamente anulado. A Inglaterra, por sua vez, pagou muito caro por uma vitória militar em que o governo empenhou sua própria sobrevivência política, o que forçosamente levará a um endurecimento de posição. Pelo menos enquanto o gabinete conservador de Margareth Thatcher se mantiver no poder, dificilmente a Argentina obterá concessões, particularmente em relação ao ponto focal de sua reivindicação: a soberania sobre as ilhas.

A recente reunião em Berna acaba de demonstrar que o impasse persiste e não deverá ser removido a curto prazo. Se as delegações argentinas pretendem abandonar as mesas de negociações sempre que a soberania não lhes for previamente reconhecida, é aconselhável que aguardem algum tempo antes de voltarem a elas. Sem dúvida, a questão esteve bem mais próxima de uma solução antes do conflito.

Em futuro mais distante, poderão favorecer uma reabertura do caso alguns aspectos que a guerra não alterou, como o destino de convivência obrigatória das Malvinas com o país continental vizinho, o alto custo da sustentação da economia e da defesa das ilhas pela Inglaterra e, sobretudo, a simpatia internacional pela causa argentina.

Na ocasião, o papel principal estará reservado a um importante ator: os Estados Unidos. Negociar em torno do tema: "Falklands" sig nifica, pura e simplesmente, "malvinizã-las" em maior ou em menor grau, ou seja, buscar a melhor forma e a medida mais conveniente de atender às reivindicações argentinas. Em qualquer negociação bem sucedida só quem tem a perder, diretamente, é a Inglaterra. E, sem dúvida, entre alguns prejuízos diplomáticos no quintal do Continente, os norte-americanos fortaleceram consideravelmente a sua capacidade de influir junto à antiga Metrôpole. A posição norte-americana, por tanto, em termos de incentivar e conduzir futuras gestões quanto à soberania do arquipélago, saiu fortalecida. Falta somente esclarecer se os Estados Unidos realmente preferem Falklands ou Malvinas...

Outra Cuba? - As perspectivas de amadurecimento político da Argentina, no contexto de governos regularmente institucionalizados , debilitam o receio de uma possível aproximação com o Bloco Soviético. Justificadas durante a fase aguda do conflito, em razão das gestões da diplomacia portenha junto a Fidel Castro e seus aliados, tais apreensões vêm sendo progressivamente minimizadas à vista da postura pró-ocidental e menos individualista adotada pelo atual governo. Por outro lado, a aspiração de se tornar uma potência independente certamente concorrerá para desviar a Argentina de uma aproximação que possa implicar em subordinação ou mesmo em servilismo, expressões totalmente inaceitáveis ao próprio temperamento de seu povo, enquanto imprescindíveis aos que pretendem formar no Bloco do Leste.

Ainda assim, fica outra vez patente o caráter decisivo da politica norte-americana para a América Latina. Cabe à grande nação com

preender e compatibilizar os aspectos conflitantes de seu importante e dúplice papel de líder do Ocidente e, ao mesmo tempo, de um continente vulnerável. Já é bastante a cunha que ameaça aprofundar-se na América Central.

Enfim, amigos? - No episódio da Guerra das Malvinas, o Brasil deixou ainda mais clara a posição que vem adotando em relação ao problema: as Malvinas devem ser argentinas. No entanto, condenou francamente a decisão de resgatá-las pela força. Esta delicada posição exigiu de nossa diplomacia muito esforço, habilidade e maturidade. Ao final do conflito, parece ter ficado claro aos argentinos que podem contar com a solidariedade do seu vizinho do Norte em suas aspirações legítimas, desde que defendidas dentro dos princípios consagrados da negociação pacífica.

À sombra do inegável progresso político que a guerra proporcionou à Argentina, algumas ocorrências altamente positivas já se registraram no relacionamento entre os dois países. Assim foi com a recente ajuda financeira do Brasil para o pagamento de uma parcela da dívida externa argentina e com a última reunião realizada em Cartagena, na Colômbia, onde, em conjunto com outros endividados parceiros latino-americanos, Brasil e Argentina discutiram posições comuns frente aos credores internacionais.

As perspectivas atuais são bastante positivas, portanto, de um entendimento mais íntimo e maduro entre as duas grandes nações.

A união faz a força - Cada vez se torna mais distante, para as nações menos desenvolvidas, a conquista de um "lugar ao sol". Os espaços disponíveis se reduzem e o ritmo de crescimento desses países não se tem mostrado capaz de reduzir a enorme distância que os separa do Primeiro Mundo, descompasso que traz em seu bojo o germen da crescente polarização universal. Na atual conjuntura, dificilmente o Brasil, a Argentina ou qualquer outra nação da América Latina alcançará, isoladamente, expressão internacional compatível com suas natu

rais aspirações. Mesmo porque algumas delas, enquanto esgrimem antagonismos e pendências regionais, a cada dia mais se debilitam, pareçendo preterir o panorama global em favor de supostas hegemônias e pretensões de lideranças que não terão condições de exercer. Esta é, sem dúvida, a posição da Argentina, país que alimenta, entre várias controvérsias com outros vizinhos, uma histórica aspiração hegemônica no Continente, inspirada por oposição ao Brasil.

De fato, são talvez as duas únicas nações com potencial de porte considerável, em termos mundiais, em toda a América do Sul. Potencial, porém, não significa poder, e o mundo dos Séculos XX e XXI tem muita pressa; é urgente que se acelere a formação de um núcleo de poder competitivo em nosso Continente, talvez o mais aliçado das grandes decisões internacionais. Este ambicioso objetivo certamente seria antecipado se os países mais expressivos da área resolvessem congelar as suas diferenças em benefício de uma empreita da conjunta, particularmente nos campos político e econômico. Brasil e Argentina serão, em um contexto como este, os líderes naturais, aos quais deverá caber a condução do processo.

Pelo menos em termos de economia e geopolítica, Argentina e Brasil são países indiscutivelmente destinados à complementaridade. Juntos, somam um dos maiores potenciais de todo o mundo. É preciso acordar para esta grandiosa constatação, tratando de transformá-la em maravilhosa realidade.

O Brasil tem desempenhado o seu papel continental de forma bastante sensata e com visão abrangente. O maior empreendimento bi-naçional já consumado na América - a usina hidrelétrica de Itaipu - foi conduzido com muita grandeza. A despeito das insaciáveis exigências paraguaias e da habitual oposição argentina, a política brasileira foi capaz de firmar posições ou de transigir sem perder de vista os objetivos maiores do projeto. A credibilidade de nossa diplomacia - a única que não tem problemas de fronteira ou reivindicações territoriais a defender, em todo o Continente - é internaciou

nalmente reconhecida.

Por seu turno, a Argentina acaba de dar uma demonstração de imaturidade política, ao aceitar riscos excessivos cujas conseqüências acabaram por ameaçar o próprio sistema interamericano, na medida em que ofereceram às grandes potências a justificativa para a inclusão do Atlântico Sul no âmbito do confronto E-W. Há quem opine, no entanto, que poderá vir a nação platina a ser a grande beneficiária do conflito recente, desde que a grande derrota possa constituir-se na lição que a conduza à desejada tranquilidade política e social. Os próprios rumos da política sul-americana, quando se constata uma nítida tendência à estabilidade em nações que quase não a conheceram - entre elas a Argentina - parecem esboçar alguma esperança de que a maturidade comece, finalmente, a se instalar no Continente.

Neste caso, é de se esperar que a cooperação entre as duas maiores nações sul-americanas deixe a prateleira das utopias em que tem permanecido por longos anos e que o povo argentino possa, finalmente, desmentir a afirmação do famoso escritor portenho Jorge Luis Borges: "O Estado é uma inconcebível abstração. O argentino é um indivíduo e não um cidadão" (32:9).

## ANEXO A

ACOMPANHAMENTO CRONOLÓGICO DAS AÇÕES

Data	Operações militares	Ações políticas
2 Abr	Ocupação militar das Malvinas pela Argentina.	A Inglaterra rompe relações com a Argentina e solicita a convocação do Conselho de Segurança da ONU. O Gabinete Inglês aprova o envio da força-tarefa ao Atlântico Sul.
3 Abr	Ocupação das Geórgias pelas forças argentinas.	Aprovada na ONU a Resolução 502. O Governo Britânico congela todos os bens e depósitos argentinos no país.
5 Abr	A força-tarefa britânica parte de Portsmouth.	Renuncia o Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, Lorde Carrington. Assume Francis Pym.
7 Abr	A Inglaterra estabelece a zona de exclusão. A Argentina cria o Teatro de Operações do Atlântico Sul (TOAS).	O Presidente Reagan aprova a missão mediadora do Secretário de Estado Alexander Haig.
8 Abr	Estabelecida ponte aérea para transporte de tropas e suprimentos argentinos para as Malvinas.	Alexander Haig e sua equipe chegam a Londres.
9 Abr	2500 homens da 3ª Brigada inglesa partem de Southampton.	A CEE estabelece o boicote econômico à Argentina.
10 Abr		Haig chega a Buenos Aires.
12 Abr	Chega às Malvinas o submarino nuclear inglês "Spartan". Ativada a zona de exclusão.	Haig regressa a Londres.

Data	Operações militares	Ações políticas
14 Abr	A esquadra argentina <u>dei</u> xa Puerto Belgrano.	Haig voa para Washington, pa ra consulta ao Presidente Reagan.
15 Abr		Haig novamente em Buenos Ai res.
17 Abr	A força-tarefa inglesa encontra-se reunida na Ilha de Ascensão.	Haig apresenta a sua primei ra proposta — o "plano de 5 pontos".
19 Abr		A Argentina solicita a con- vocaçãõ dos membros do TIAR.
22 Abr	A força-tarefa ultrapasa o paralelo do Rio de Janeiro.	A resposta inglesa à propos ta de Haig é levada a Washington por Francis Pym.
25 Abr	Reconquista das Geórgias pelos ingleses: afunda- mento do submarino ar- gentino "Santa Fé".	
27 Abr		A 2ª proposta ("Haig II") é enviada a Buenos Aires e a Londres.
28 Abr	É anunciado pela Ingla- terra o bloqueio aéreo das Malvinas.	Aprovada a Resolução 28/82 da OEA, no âmbito do TIAR, reconhecendo a soberania ar gentina sobre as ilhas.
29 Abr	A força-tarefa inglesa chega na zona de exclu- são; os bombardeiros Vul can alcançam a Base de Wideawake.	O Governo norte-americano re conhece o fracasso da Missão Haig.
30 Abr	Primeiros ataques aéreos ingleses.	Os Estados Unidos declaram seu apoio à Inglaterra e im põem sanções à Argentina.
2 Mai	Afundado o cruzador ar- gentino "Gen Belgrano".	O Presidente Belaunde Terry apresenta a proposta do Pe- ru, rejeitada pela Argentina.
4 Mai	Afundada a fragata "Shef field", inglesa.	

Data	Operações militares	Ações políticas
5 Mai	Novos bombardeios ingleses sobre as ilhas.	O gabinete inglês aprova o plano peruano.
7 Mai	Ampliada a zona de exclusão para até 12 milhas da costa argentina.	Pérez de Cuéllar discute suas "idéias" em New York com os delegados dos dois países beligerantes.
11 Mai	Navio mercante argentino afundando no Estreito de San Carlos.	Vernon Walters enviado por Haig a Buenos Aires.
12 Mai	O "Queen Elizabeth II" transporta 3000 homens da 3ª Brigada inglesa (escoceses, galeses, nepaleses e "gurkas").	A Junta Militar abre mão, pela primeira vez, da pré-condição da soberania (plano Pérez de Cuéllar).
15 Mai	Primeiro desembarque de comandos ingleses heli-transportados em Pebble Islands.	Resposta inglesa à proposta de Pérez de Cuéllar.
17-18 Mai	Os planos ingleses para o desembarque em S. Carlos são enviados a Londres.	A CEE prolonga o embargo por uma semana. A Argentina rejeita a proposta Cuéllar.
21 a 26 Mai	Desembarque inglês em S. Carlos. Afundados vários navios ingleses. Destruídos inúmeros aviões argentinos.	A CEE prolonga indefinidamente o boicote à Argentina, a 25. Aprovada a Resolução 505 da ONU, a 26.
28 Mai	Batalha de Goose Green.	
29 Mai	As forças inglesas avançam na direção de Port Stanley.	Aprovação da II Resolução do TIAR, sugerindo o apoio militar dos países-membros à Argentina.
30 Mai	As forças inglesas se aproximam de Port Stanley.	Aprovada na OEA resolução proposta por Equador e Bolívia condenando o bloqueio e as sanções impostas à Argentina.

Data	Operações militares	Ações políticas
3 Jun	A 5ª Brigada inglesa concentra-se na região de S. Carlos.	Reagan apresenta, em Versa <u>l</u> hes, novo plano de paz.
4 Jun	Pouso de emergência de um bombardeiro Vulcan na Base Aérea do Galeão - RJ.	Proposta hispano-panamenha de cessar-fogo vetada pela Inglaterra na ONU.
14 Jun	Rendição argentina em Port Stanley.	
4 Nov		Aprovada a Resolução 37/9 da ONU, recomendando o re <u>i</u> nício das negociações.
20 Nov		Aprovada a Resolução 595 da OEA apoiando a Resolução 37/9 da ONU.
18 Jul (1984)		Primeira rodada de negocia <u>ç</u> ões após a guerra, em Ber <u>n</u> a. Prevista nova reunião, provavelmente em Brasília.

Fontes: Bibliografia - 5, 6, 14 e 16.

TEXTO DA RESOLUÇÃO 2065 (XX) de 16 Dez 65, da ONU

(VIGÉSIMA SESSÃO REGULAR)

A Assembléia Geral,

Tendo examinado a questão das Ilhas Falkland (Malvinas),

Levando em conta os relatórios do Comitê Especial para a Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência às Terras e Povos Coloniais, relativos às Ilhas Falkland (Malvinas), e em particular as conclusões e recomendações do Comitê com referência ao território acima mencionado,

Considerando que a sua Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960 foi inspirada na acalentada intenção de pôr termo a qualquer forma de colonialismo, onde quer que se verifique, o que inclui o caso das Ilhas Falkland (Malvinas),

Observando a existência de uma disputa entre os Governos da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte em relação à soberania sobre as Ilhas Falkland (Malvinas),

1. Convida os dois Governos a prosseguir sem demora com as negociações recomendadas pelo Comitê Especial ... com vistas a encontrar uma solução pacífica para o problema, tendo em mente o teor e os objetivos da Carta das Nações Unidas e da Resolução 1514 (XV), bem como os interesses da população das referidas ilhas;

2. Solicita aos dois Governos que apresentem relatório ao Comitê Especial e à Assembléia Geral em sua vigésima-primeira sessão sobre os resultados das negociações.

---

Votação: 94 a favor, 9 contra, 14 abstenções.

Abstenções: Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, África do Sul, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos.

Ausências: Albânia, Camboja, Chade, Chipre, Equador, Gâmbia, Laos, Malta, Singapura (16:A-4).

TEXTO (RESUMIDO) DA RESOLUÇÃO 3160 (XVIII) de 14 Dez 73, da ONU

A Assembléia Geral,

Tendo examinado a questão ... ,

Relembrando sua resolução 1514 (XV) de 14 Dez 60, contendo  
... ,

Relembrando também sua resolução 2065 (XX) de 16 Dez 65,  
que ... ,

Serriamente preocupada com o fato de terem transcorrido oi  
to anos da adoção da Resolução 2065 (XX) sem que nenhum pro-  
gresso substancial se tenha verificado nas negociações,

Cônschia de que a resolução 2065 (XX) indica que a forma de  
pôr termo a esta situação de colonialismo é a solução pací-  
fica do conflito ... ,

Expressando sua gratidão pelos contínuos esforços feitos  
pelo Governo da Argentina, de acordo com as relevantes deci-  
sões da Assembléia Geral, para facilitar o processo de des-  
colonização e para promover o bem-estar da população das i-  
lhas,

1. Aprova o relatório do Comitê Especial ... , no que se  
refere às Ilhas Falkland (Malvinas) ... ;

2. Declara a necessidade de acelerar as negociações en-  
tre os Governos da Argentina e do Reino Unido ... solicita-  
das na resolução 2065 (XX) da Assembléia Geral para chegarem  
a uma solução pacífica para o conflito de soberania entre  
eles em relação às Ilhas Falkland (Malvinas);

3. Incita os Governos da Argentina e do Reino Unido a, pa-  
ra isto, procederem sem demora com as negociações, de acor-  
do como estipulado nas relevantes resoluções da Assembléia Ge-  
ral, para pôr termo à situação colonial;

4. Solicita a ambos os Governos que apresentem relatório  
ao Secretário Geral e à Assembléia Geral tão cedo quanto pos-  
sível, nunca depois da vigésima-nona sessão, sobre os resul-  
tados das negociações (16:A-6).

TEXTO (RESUMIDO) DA RESOLUÇÃO 31/49 de 19 Dez 76, da ONU

A Assembléia Geral,

Tendo considerado a questão ....,

Relembrando suas resoluções 1514 ...., 2065 ... e 3160 ....,

Tendo em mente os parágrafos relacionados com esta questão na Declaração Política adotada pela Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Países Não Alinhados, realizada em Lima de 25 a 30 de agosto de 1975, e na Declaração Política adotada pela V Conferência de Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não Alinhados, realizada em Colombo de 16 a 19 de agosto de 1976,

Tendo considerado o relatório do Comitê Especial ...., no que se refere às Ilhas Falkland (Malvinas) e, em particular, as conclusões e recomendações adotadas pelo Comitê ....,

1. Aprova o relatório do Comitê Especial ... no que se refere às Ilhas Falkland (Malvinas) ...;

2. Expressa sua gratidão pelos contínuos esforços feitos pelo Governo da Argentina, de acordo com as relevantes decisões da Assembléia Geral, para facilitar o processo de descolonização e para promover o bem-estar da população das ilhas;

3. Solicita aos Governos da Argentina e do Reino Unido que acelerem as negociações concernentes à disputa sobre a soberania como solicitado nas resoluções 2065 (XX) e 3160 (XXVIII) da Assembléia Geral;

4. Apela às duas partes para que se abstenham de tomar decisões que possam implicar em introduzir modificações unilaterais na situação enquanto estiver em andamento o processo recomendado nas resoluções acima mencionadas;

5. Solicita a ambos Governos que apresentem relatório ao Secretário Geral e à Assembléia Geral tão cedo quanto possível sobre os resultados das negociações (16:A-9).

TEXTO DA RESOLUÇÃO 502 de 3 de abril de 1982, da ONU

O Conselho de Segurança,

Relembrando a exposição feita pelo Presidente do Conselho de Segurança na 2345ª reunião do Conselho de Segurança em 1º de abril de 1982 (S/14944) exortando os Governos da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a se absterem do uso ou da ameaça de força na região das Ilhas Falkland (Malvinas),

Profundamente perturbado com relatos de uma invasão em 2 de abril de 1982 por forças armadas da Argentina,

Definindo que ocorre uma violação da paz na região das Ilhas Falkland (Malvinas);

1. Exige uma imediata cessação das hostilidades;
2. Exige uma imediata retirada de todas as forças argentinas das Ilhas Falkland (Malvinas);
3. Apela aos Governos da Argentina e do Reino Unido ... para que procurem uma solução diplomática para suas diferenças e respeitem integralmente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas (16:A-11).

ANEXO F

SÍNTESE DAS PROPOSTAS DE MEDIAÇÃO NORTE-AMERICANAS

PRIMEIRA PROPOSTA  
(Plano de 5 pontos)

- . Retirada das forças argentinas vinculada à parada e ao posterior recuo da força-tarefa inglesa para uma distância de 1.000 milhas náuticas em um prazo de 15 dias (a Inglaterra obteria o cumprimento da Resolução 502 da ONU e a Argentina evitava o desdouro de uma retirada unilateral);
- . Administração interina tripartite, integrada por Argentina, Inglaterra e Estados Unidos, estes como "garantes", até 31 de dezembro de 1982, prazo para que fosse encontrada uma solução permanente;
- . Levantamento da Zona de Exclusão e das sanções recíprocas, com a restauração das comunicações entre o arquipélago e o continente;
- . Estabelecimento de negociações diretas entre as duas partes, assistidas pelos Estados Unidos, sobre o destino político das Ilhas Malvinas e suas dependências;
- . Consulta, mediante referendo popular, da vontade dos ilhéus (8:171).

SEGUNDA PROPOSTA  
("Haig - II")

- . Retirada simultânea das forças;
- . Zona desmilitarizada em torno das Ilhas Malvinas;
- . Administração tripartite por cinco anos, integrada por argentinos, ingleses e norte-americanos;
- . Dupla nacionalidade para os ilhéus;
- . Indenização para os habitantes que desejassem deixar o arquipélago (16:18-A).

SÍNTESE DA PROPOSTA PERUANA (BELAUNDE TERRY)

- . Cessaçã*o* imediata das hostilidades;
- . Retirada simultãnea e m*u*tua das forç*as*;
- . Administraçã*o* temporãria das ilhas por paí*s*es nã*o* envolvidos no conflito, inclusive naçõ*es* latino-americanas;
- . Reconhecimento pelos dois governos em litígio da existê*n*cia de posiçõ*es* divergentes a serem debatidas;
- . Conco*n*dãncia pelos dois governos de que os interesses dos habitantes das ilhas devessem ser considerados na soluçã*o* definitiva do problema;
- . Constituiçã*o* de um Grupo de Contacto composto por Brasil, Rep*u*blica Federal da Alemanha e Estados Unidos para intervir imediatamente nas negociaçõ*es* e implementar o acordo;
- . Prazo at*e* 30 de abril de 1983 para que se chegasse a um acordo definitivo, sob a responsabilidade dos paí*s*es acima mencionados (8:225).

SÍNTESE DA PROPOSTA DA ONU (PÉREZ DE CUÉLLAR)

- . Retirada m*u*tua das forç*as*, dentro de um prazo estabelecido;
- . Iní*ci*o das negociaçõ*es* para proçur*ar* uma soluçã*o* diplomãtica, tamb*em* em um prazo fixado;
- . Revogaçã*o* m*u*tua dos bloqueios, zonas de exclusã*o* e sançõ*es* econô*m*icas;
- . Cessaçã*o* dos atos de hostilidade;
- . Iní*ci*o de entendimento e acertos transitóri*os* para a supervisã*o* do cumprimento das medidas indicadas e o atendim*en*to das necessidades de uma administraçã*o* interina, tu*do* sob os auspí*ci*os da Organizaçã*o* das Naçõ*es* Unidas (8:342).

TEXTO DA RESOLUÇÃO 505 de 26 Mai 82, da ONU

O Conselho de Segurança,

Reafirmando sua resolução 502 (1982) de 3 de abril de 1982,

Constatando com a mais profunda preocupação que a situação na região das Ilhas Falkland (Malvinas) deteriorou-se seriamente;

Tendo ouvido a declaração feita pelo Secretário Geral ao Conselho de Segurança em sua 2360ª reunião em 21 de maio de 1982, assim como as exposições no debate dos representantes da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte,

Preocupado em conseguir como assunto da maior urgência uma cessação das hostilidades e um fim para o presente conflito entre as forças armadas da Argentina e do Reino Unido ... ,

1. Expressa seu apreço ao Secretário Geral pelos esforços já desenvolvidos para efetivar um acordo entre as partes, para assegurar a implementação da resolução 502 do Conselho de Segurança e desta forma restaurar a paz na região;

2. Solicita ao Secretário Geral, com base na presente resolução, que reenvie seus bons ofícios tendo em mente a resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança e a tentativa de aproximação esboçada em sua declaração de 21 de maio de 1982;

3. Incita as partes em conflito a cooperarem integralmente com o Secretário Geral em sua missão com vistas a pôr fim às presentes hostilidades nas Ilhas Falkland (Malvinas) e seus arredores;

4. Solicita ao Secretário Geral que entre imediatamente em contacto com as partes com vistas a negociar termos mutuamente aceitáveis para um cessar-fogo, incluindo, se necessário, entendimentos para o envio de observadores nas Nações Unidas para controlar a obediência aos termos do cessar-fogo;

5. Solicita ao Secretário Geral que submeta um relatório provisório ao Conselho de Segurança tão cedo quanto possível, no máximo até sete dias após a adoção da presente resolução (16:A-12).

TEXTO DA RESOLUÇÃO 28/82 (RESOLUÇÃO I DO TIAR) de 28 Abr 82, da OEA

GRAVE SITUAÇÃO SURGIDA NO ATLÂNTICO SUL

A VIGÉSIMA REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES,  
CONSIDERANDO:

Os princípios de solidariedade e cooperação interamericanas e a necessidade de encontrar solução pacífica para to da situação que ponha em perigo a paz da América;

Que ocorreu um perigoso confronto entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e a República Argentina, hoje agravado pelos fatos ocorridos a partir da presença ar mada britânica no Atlântico Sul, na região de segurança a que se refere o artigo 4 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;

Que o fim primordial do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca é a manutenção da paz e da segurança do Con tinentes, o que implica, neste caso, assegurar a solução pacífica do conflito;

Que é urgente, para facilitar a solução pacífica do con flito, que cessem as hostilidades, visto que alteram a paz do Continente e podem alcançar proporções imprevisíveis;

Que é princípio invariável do sistema interamericano a preservação da paz e a rejeição solidária por todos os Est ados americanos, da intervenção de forças armadas extracon tinentais ou continentais contra qualquer nação do Hemisfério;

Que se deve levar em conta os direitos de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, conforme constam de importantes resoluções emanadas de diversos foros in ternacionais, entre as quais a declaração da Comissão Jurí dica Interamericana, de 16 de janeiro de 1976, que diz "Que a República Argentina tem iniludível direito de soberania so bre as Ilhas Malvinas";

Que deve destacar os esforços de paz que se realizam, com o consentimento das partes, e que a solidariedade inte ramericana contribui para esse objetivo; e

VISTAS:

A resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a qual deve ser cumprida em todos seus aspectos; a resolução 359, de 13 abril de 1982, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos; e a declaração aprovada por unanimidade pelos Ministros das Relações Exteriores, na sessão de abertura da Vigésima Reunião de Consulta (Doc. 14/82) e de conformidade com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,

RESOLVE:

1. Urgir o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a cessar de imediato as hostilidades que realiza na região de segurança definida pelo artigo 4 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a abster-se, ou, ou trossim, de qualquer ato que possa afetar a paz e a segurança interamericanas.
2. Urgir o Governo da República Argentina a que, igualmente, se abstenha de praticar qualquer ato que possa agravar a situação.
3. Instar os referidos governos a que estabeleçam de imediato uma trégua que permita o reatamento e o normal desenvolvimento das gestões conducentes à solução pacífica do conflito, levando em conta os direitos de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, bem como os interesses de seus habitantes.
4. Expressar a disposição do Órgão de Consulta de apoiar, pelos meios que julgar convenientes, os novos esforços que forem envidados na esfera regional ou mundial, com o consentimento das partes, no sentido da solução justa e pacífica do problema.
5. Tomar nota das informações recebidas sobre as importantes gestões do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e fazer votos por que contribuam efetivamente para a solução pacífica do conflito.
6. Deplorar a adoção, por parte dos membros da Comunidade Econômica Européia e de outros Estados, de medidas coercitivas de caráter econômico e político que prejudicam o povo argentino e exortá-los a que suspendam tais medidas, as-

sinalando que constituem grave precedente por não estarem previstas na resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e serem incompatíveis com as Cartas da ONU e da OEA, bem como com o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

7. Incumbir o Presidente da Vigésima Reunião de Consulta de transmitir imediatamente o apelo constante dos parágrafos 1, 2 e 3 desta resolução aos Governos do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e da República Argentina e de manifestar-lhes, em nome dos Chanceleres da América, que confia plenamente em que esse apelo seja aceito em prol da paz da região e do mundo.

8. Encarregar o Presidente da Vigésima Reunião de Consulta de apresentar esta resolução, formal e imediatamente, ao Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de que a leve ao conhecimento dos membros do Conselho.

9. Manter aberta a Vigésima Reunião de Consulta especialmente com o objetivo de velar pelo cumprimento fiel desta resolução e de tomar as medidas adicionais que julgar necessárias para restabelecer e preservar a paz, bem como solucionar, por meios pacíficos, o conflito suscitado (16:A-18).

TEXTO DA RESOLUÇÃO 80/82 (RESOLUÇÃO II DO TIAR) de 29 Mai 82, da OEA

GRAVE SITUAÇÃO SURGIDA NO ATLÂNTICO SUL

A VIGÉSIMA REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES,  
CONSIDERANDO:

Que a Resolução I da Vigésima Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da América, aprovada em 28 de abril de 1982, decidiu "manter aberta a Vigésima Reunião de Consulta, especialmente com o objetivo de velar pelo cumprimento fiel desta resolução e de tomar as medidas adicionais que julgar necessárias para restabelecer e preservar a paz, bem como solucionar, por meios pacíficos, o conflito suscitado";

Que a referida resolução urgiu o Governo do Reino Unido "a cessar de imediato as hostilidades que realiza na região de segurança definida no artigo 4º. do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a abster-se, outrossim, de qualquer ato que possa afetar a paz e a segurança interamericanas", bem como instou o Governo da República Argentina a que se "abstenha de praticar qualquer ato que possa agravar a situação";

Que a mesma Resolução instou os Governos do Reino Unido e da República Argentina "a que estabeleçam de imediato uma trégua que permita o reatamento e o normal desenvolvimento das gestões conducentes à solução pacífica do conflito, levando em conta os direitos de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, bem como os interesses de seus habitantes";

Que, embora o Governo da República Argentina tivesse comunicado ao Órgão de Consulta seu total acatamento à Resolução I e tivesse em seguida procedido de acordo com esta, as forças britânicas levaram a cabo graves e reiterados ataques armados, contra a República Argentina na zona das Ilhas Malvinas, na região de segurança definida pelo artigo 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o que significa que o Reino Unido não atendeu ao apelo formulado pela Vigésima Reunião de Consulta;

Que, posteriormente à adoção da Resolução I, o Governo dos Estados Unidos da América decidiu aplicar medidas coercitivas contra a República Argentina e presta seu apoio, inclusive material, ao Reino Unido, o que contraria o espírito e a letra da Resolução I;

Que, culminando seus reiterados ataques armados, as forças britânicas lançaram, desde 21 de maio de 1982 um ataque militar de grande escala contra a República Argentina, na zona das Ilhas Malvinas, o que afeta a paz e a segurança americanas;

Que continua a deplorável situação provocada pela aplicação de medidas coercitivas de caráter político e econômico que não estão amparadas no direito internacional atual e prejudicam o povo argentino, executadas por parte dos membros da Comunidade Econômica Européia — com exceção de Irlanda e da Itália — e por outros Estados industrializados.

Que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca tem por finalidade "assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado americano, e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer um deles",

RESOLVE:

1. Condenar da forma mais enérgica o ataque armado injustificado e desproporcional consumado pelo Reino Unido, bem como sua decisão, que afeta a segurança de todo o continente americano, de declarar arbitrariamente como zona de hostilidades extensa área que chega até 12 milhas das costas americanas, o que é agravação pela circunstância de que não haviam sido esgotadas, ao ocorrerem tais fatos, as possibilidades de negociação com vistas a uma solução pacífica do conflito.

2. Reiterar ao Reino Unido sua mais firme solicitação no sentido de que cesse, de imediato, as ações bélicas contra a República Argentina, e de que determine a retirada sem demora da totalidade de suas forças armadas ali destacadas e o regresso de sua frota de guerra a seus portos habituais.

3. Deplorar que a atitude do Reino Unido tenha levado ao malogro das negociações para uma solução pacífica, as quais levava a efeito o Senhor Javier Pérez de Cuéllar, Secretário-Geral das Nações Unidas.

4. Expressar sua convicção de que é indispensável conseguir, com a maior urgência, uma solução pacífica e honrosa para o conflito, sob a égide das Nações Unidas e, nesse sentido, reconhecer os louváveis esforços de bons ofícios do Senhor Javier Pérez de Cuéllar, Secretário-Geral das Nações Unidas, e a ele prestar todo seu apoio na tarefa que lhe foi atribuída pelo Conselho de Segurança.

5. Instar o Governo dos Estados Unidos da América a determinar o imediato levantamento das medidas coercitivas contra a República Argentina e a abster-se de prestar assistência material ao Reino Unido, em observância ao princípio de solidariedade continental, consagrado no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

6. Instar os membros da Comunidade Econômica Européia e os outros Estados que tenham tomado medidas coercitivas de caráter econômico ou político contra a República Argentina a que as levantem imediatamente.

7. Solicitar aos Estados Partes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca que prestem à República Argentina o apoio que cada qual julgue apropriado, a fim de assistí-la nesta grave situação, e que se abstenham de qualquer ato que possa prejudicar esse objetivo.

Se for o caso, esse apoio poderia ser adotado com a adequada coordenação.

8. Reafirmar os princípios constitucionais básicos da Carta da Organização dos Estados Americanos e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, especialmente os que se referem à solução pacífica de controvérsias.

9. Renovar a disponibilidade do órgão de Consulta de assistir as partes em conflito com sua ação pacificadora, enquanto puder coadjuvar a missão atribuída pelo Conselho de Segurança ao Secretário-Geral das Nações Unidas e instruir o Presidente da Reunião de Consulta a se manter em contato permanente com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

10. Manter aberta a Vigésima Reunião de Consulta com o objetivo de velar pelo fiel e imediato cumprimento desta Resolução e de tomar, se necessário, as medidas adicionais que forem acordadas para preservar a solidariedade e cooperação interamericanas (16:A-21).

TEXTO DA RESOLUÇÃO 37/9 de 4 Nov 82, da ONU

A Assembléia Geral,

Tendo considerado a questão das Ilhas Falkland (Malvinas),

Compreendendo que a manutenção de situações coloniais é incompatível com o ideal de paz universal das Nações Unidas,

Relembrando suas resoluções 1514/60, 2065/65, 3160/73 e 31-49/76,

Relembrando ainda as resoluções 502 de 3 Abr 82 e 505 de 26 Mai 82,

Levando em conta a existência de uma situação de fato de cessação das hostilidades no Atlântico Sul e a expressa intenção das partes de não renová-las,

Reafirmando a necessidade de terem as partes na devida conta os interesses da população das Ilhas Falkland (Malvinas), de acordo com o teor das resoluções 2065 e 3160 da Assembléia Geral,

Reafirmando também os princípios da Carta das Nações Unidas sobre a abstenção do uso da força ou de ameaça de força nas relações internacionais e sobre a resolução pacífica das disputas internacionais,

1. Solicita aos Governos da Argentina e do Reino Unido que retomem as negociações para encontrar com a possível brevidade uma solução pacífica para a disputa de soberania relacionada com a questão das Ilhas Falkland (Malvinas);

2. Solicita ao Secretário Geral, com base na presente resolução, que reenvie seus bons ofícios no sentido de assistir as partes no cumprimento da solicitação feita no parágrafo 1 acima, e que tome as medidas necessárias a este fim;

3. Solicita ao Secretário Geral que submeta um relatório à Assembléia Geral em sua trigésima-oitava sessão sobre o progresso obtido na implementação da presente resolução;

4. Decide incluir na agenda provisória dessa trigésima-oitava sessão o item intitulado "Questão das Ilhas Falkland (Malvinas)".

Votação: 90 a favor, 12 contra, 53 abstenções.

Votos contrários: Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Fiji, Malawi, Nova Zelândia, Oman, Nova Guiné e Papua, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Reino Unido (16:A-30).

TEXTO DA RESOLUÇÃO 595 (XII-01/82 de 20 Nov 82, da OEA

A ASSEMBLÉIA GERAL,

VISTO:

Que os graves acontecimentos ocorridos em 1982 na zona do Atlântico Sul, na região de segurança definida no artigo 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, provocaram uma situação que afetou e ainda afeta, seriamente, a paz e a segurança do Continente americano; e

Que o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos e a Vigésima Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores consideraram integralmente os referidos acontecimentos, havendo também exortado as partes na disputa no Atlântico Sul a buscarem uma solução pacífica; e

CONSIDERANDO:

Que a Trigésima Sétima Assembléia Geral das Nações Unidas, por solicitação de vinte Estados americanos, adotou recentemente, com relação à referida disputa de soberania, a resolução 37/9, de 4 de novembro de 1982; e

Que a mencionada resolução das Nações Unidas também exorta a uma solução pacífica da disputa,

RESOLVE:

1. Expressar seu apoio à resolução 37/9 da Trigésima Sétima Assembléia Geral das Nações Unidas, de 4 de novembro de 1982, mediante a qual se pede aos Governos da República Argentina e do Reino Unido que reencetem as negociações com o propósito de encontrar, com a maior brevidade, uma solução pacífica para a disputa de soberania, e se solicita ao Secretário-Geral que empreenda uma missão de bons ofícios no sentido de assistir as partes no cumprimento da referida resolução.

2. Exortar as partes na disputa a que cumpram a mencionada resolução.

3. Levar esta resolução ao conhecimento do Presidente da Assembléia Geral e Secretário-Geral das Nações Unidas, a fim de que se tome nota da opinião dos Estados americanos ante uma situação que afeta a paz e a segurança do Continente (16:A-32).

## BIBLIOGRAFIA

1. ACCIOLY, Hildebrando. Manual do Direito Internacional Público. 6 ed. São Paulo, Saraiva, 1964.
2. AJUDA discreta. Veja, São Paulo (810): 46, 14 mar. 1984.
3. ARGENTINA e Inglaterra negociarão em Brasília. O Globo, Rio de Janeiro, 22 jul. 1984. p.26.
4. A BATALHA da OEA. Isto é, São Paulo, 6(280): 62-3, maio 1982.
5. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Centro de Estudos Avançados. Simpósio "As Grandes Lições da Guerra das Malvinas". Rio de Janeiro, 1982. Confidencial.
6. Ministério do Exército. Estado-Maior. A guerra do Atlântico Sul (abril-junho 1982): estudo histórico-doutrinário. Brasília, 1982. Confidencial.
7. CÂMARA, Ibsen Gusmão. Antártica - aspectos geográficos, econômicos e científicos. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, 57(261): 6-12, nov./dez. 1983.
8. CARDOSO, Oscar Raul et alii. Malvinas - la trama secreta. Sudamericana/Planeta, Buenos Aires, 1983.
9. CORTINES, José Estanislao. El conflicto de las Malvinas. Revista ESGN, Buenos Aires (19): 77-83, nov. 1983.
10. DAS ILHAS Malvinas a Alfonsin. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 maio 1984. Suplemento, p. 1.
11. O DURO preço da guerra. Visão, São Paulo, 31(23): 31-5, jun. 1982.
12. O FARDO das ilhas. Isto é, São Paulo, 6(285): 82-4, jun. 1982.
13. FLORES, Mario César. Malvinas: uma primeira abordagem. Rio de Janeiro, EGN, 1982.
14. FRACASSA diálogo entre Argentina e Grã-Bretanha. O Globo, Rio de Janeiro, 20 jul. 1984, p. 15.
15. FRANKS, Lord, chairman. Falkand Islands review - report of a Committee of Privy Counsellors. London, Her Majesty's Stationery Office, 1983.
16. FREIRE, Carlos Edmundo Lacerda. A lição diplomática da guerra das Malvinas. Rio de Janeiro, EGN, 1983. Monografia.
17. GASPARI, Elio. O desastre das Malvinas cobra seu justo preço. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 jun. 1982. p. 11.
18. HASTINGS, Max & JENKINS, Simon. The battle for the Falklands. London, Michael Joseph, 1983.
19. A HORA da verdade. Visão, São Paulo 31(17): 20-2, abril 1982.

20. O ITAMARATY e as Malvinas. Isto é, São Paulo, 6(290): 76-9, jul. 1982.
21. JAGUARIBE, Hélio. Grande povo, míseros dirigentes. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 jun. 1982. p. 11.
22. JOÃO, Leonardo Vilain Serafim et alii. Avaliação estratégica. Rio de Janeiro, EGN, 1984. Trabalho em Grupo III-S-2.
23. LAFER, Celso. Crise das Falklands/Malvinas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 ago. 1982. Caderno Especial, p. 2.
24. MAYA PEDROSA, José Fernando. Aspectos estratégicos da guerra do Atlântico Sul. Rio de Janeiro, ESG, 1983. Monografia.
25. MENEZES, Eurípedes Cardoso de. A presença do Brasil no Continente Antártico. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, 57(257): 14-25, mar./abr. 1983.
26. NO LIQUIDIFICADOR. Isto é, São Paulo, 6(285):84, jun. 1982.
27. PÉREZ-LLANAS, Carlos. Crise das Falklands/Malvinas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 ago. 1982. Caderno Especial, p. 2.
28. RODRIGUES, José Onório. A História não dá razão à Argentina. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 abr. 1982. Caderno Especial, p. 2.
29. \_\_\_\_\_. O Brasil não reconheceu a soberania argentina em 1833. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 maio 1982. Caderno Especial, p. 1.
30. ROETT, Riordan. Burocracia sem controle e belicismo. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 maio 1984. Suplemento, p. 1.
31. SHACKLETON, Lord. Relevamiento economico de las Islas Malvinas: Informe Shackleton (vol. II) Julio 1976. Estrategia, Buenos Aires, Série Documentos n. 1.
32. SILVA, Ronald Gonçalves et alii. Conjuntura internacional. Rio de Janeiro, EGN, 1984. Trabalho em Grupo III-S-3.
33. SOARES, A. Teixeira. Falklands (Malvinas) e a reconstrução de uma nova ordem internacional. Revista Capemi, Rio de Janeiro, 12(79): 4-6, 1982.
34. OS TAMBORES reboam. Isto é, São Paulo, 6(280): 58-61, maio 1982.
35. VAN SANT HALL, Marshall. Argentine policy motivations in the Falklands war and the aftermath. Naval War College Review, Newport, 36(6):21-36, Nov./Dec. 1983.
36. VILLALOBOS, Enrique Vera. Las Malvinas y la Argentina según Samuel Johnson y Arnold Toynbee. Estrategia, Buenos Aires (49/50): 23-31, nov./feb. 1977/1978.



00019410000879

A Licao diplomatica da guerra da  
2-B-37

Este livro deve ser devolvido na  
última data carimbada

03 MAI 1996			
04 ABR 1998			
28 AGO 1998			
30 MAR 1999			
*6 MAI 2000			
23 JUN 2000			
27 JUN 2000			
12 OUT 2000			
16 JUL 2000			

MINISTERIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
Biblioteca

Souto, Flavio Acauan

A lição diplomatica da guerra  
das Malvinas

2-B-37

(879/87)

Souto, Flavio Acauan

A lição diplomática da guerra das Malvinas

2-B-37

DEVOLVER NOME LEIT. (879/87)

11 SET 87

*[Signature]*  
C M O I R A N

24 ABR 88

*[Signature]*  
D M J T N

5 OLI

*[Signature]* B C C (P M) B r o u d a n

27 ABR 89

*[Signature]* C M G M A R T I N S F r o .

4 MAI 89

*[Signature]* C C S T I N G E L I M

~~02 SET 88~~

*[Signature]* S P R A N G E R

1 SET 88

*[Signature]* G o u l a n t .

19 MAR 91

*[Signature]* L o r e n c o

05 ABR 91

*[Signature]* C e d e w i g g i J u

22 ABR 92

*[Signature]* L E S A R I O

30.03.93

*[Signature]* M u l t o n e

RETIROU EM	NOME DO LEITOR
15 ABR 93	CC PREZAS
13 MAI 1993	CC AMAR
26 MAR 1994	CC (BAYAS)
03 MAI 1994	CC. JOS ROBERTO
11 MAR 1995	CC QUETROZ
19 MAR 1995	CC MAURICIO
20 MAR 1996	CC Espiguelim
03 MAI 1996	CC Gil
04 ABR 1998	CC SUP CC hucardell
28 AGO 1998	CC SILVA RODRIGUES
30 MAR 1999	CC VLADIMIR
*6 MAI 2000	CC (LH) TROVANI
23 JUN 2000	CC DAEL
27 JUN 2000	CC SOUZA FILHO
12 OUT 00	CC FÁBIO LORES
16 JUL 2004	CC gubem